

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
---	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	19
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	116
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	339.000.000
Preferenciais	0
Total	339.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	997.696
Preferenciais	0
Total	997.696

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.424.098	9.730.512
1.01	Ativo Circulante	4.475.899	3.869.655
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.671.657	1.212.873
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.413	16.413
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.413	16.413
1.01.03	Contas a Receber	853.152	959.907
1.01.03.01	Clientes	853.152	959.907
1.01.04	Estoques	1.445.626	1.216.061
1.01.06	Tributos a Recuperar	407.225	398.887
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	407.225	398.887
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.255	10.224
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.571	55.290
1.01.08.03	Outros	65.571	55.290
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.067	23.794
1.01.08.03.20	Outros Créditos	25.504	31.496
1.02	Ativo Não Circulante	5.948.199	5.860.857
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	715.097	618.591
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.542	3.306
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	712.555	615.285
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	268.503	263.819
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	373.470	293.008
1.02.01.10.05	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	7.316	6.776
1.02.01.10.06	Ativo de Indenização	46.294	51.682
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.972	0
1.02.02	Investimentos	104.899	106.363
1.02.02.01	Participações Societárias	50.406	51.750
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	186	170
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	49.332	50.692
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	888	888
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.493	54.613
1.02.03	Imobilizado	3.410.731	3.416.539
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.906.227	2.859.573
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	193.944	179.512
1.02.03.02.02	Imobilizado Direito de Uso	193.944	179.512
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	310.560	377.454
1.02.04	Intangível	1.717.472	1.719.364
1.02.04.01	Intangíveis	1.717.472	1.719.364
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	551.595	551.595
1.02.04.01.03	Software	69.661	68.533
1.02.04.01.04	Goodwill	944.412	944.412
1.02.04.01.05	Relacionamento com Clientes	151.373	154.341
1.02.04.01.06	Acordos de Não Concorrência	431	483

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.424.098	9.730.512
2.01	Passivo Circulante	1.428.674	1.634.730
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	148.276	176.483
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.459	52.265
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	95.817	124.218
2.01.02	Fornecedores	447.893	361.646
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	447.893	361.087
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	559
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.628	55.553
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.897	19.188
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.778	1.778
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	13.119	17.410
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	57.913	34.711
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.818	1.654
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	501.697	776.028
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	501.697	776.028
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	372.966	439.570
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	128.731	336.458
2.01.05	Outras Obrigações	256.180	265.020
2.01.05.02	Outros	256.180	265.020
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.978	58.978
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	10.712	11.144
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	18.062	12.375
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	930	18.125
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	47.007	41.109
2.01.05.02.20	Outros Débitos	120.491	123.289
2.02	Passivo Não Circulante	2.316.567	1.450.214
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.625.057	812.989
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.625.057	812.989
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.055.327	293.319
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	569.730	519.670
2.02.02	Outras Obrigações	207.152	191.514
2.02.02.02	Outros	207.152	191.514
2.02.02.02.04	Outros Débitos	38.079	37.633
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.950	0
2.02.02.02.07	Arrendamento Mercantil	164.123	153.881
2.02.03	Tributos Diferidos	271.784	226.601
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	271.784	226.601
2.02.04	Provisões	212.574	219.110
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	212.574	219.110
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	95.552	103.127
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	103.985	104.245
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.037	11.738
2.03	Patrimônio Líquido	6.678.857	6.645.568
2.03.01	Capital Social Realizado	2.597.656	2.567.941
2.03.02	Reservas de Capital	29.519	27.595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.02.09	Ações Outorgadas Reconhecidas	12.990	11.066
2.03.04	Reservas de Lucros	4.027.699	4.057.414
2.03.04.01	Reserva Legal	320.874	320.874
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.009.917	2.008.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.640.914	1.671.758
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	95.570	95.570
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-39.576	-39.576
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.017	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.790	-7.541
2.03.06.01	Ganhos(Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	13.319	-11.053
2.03.06.02	Efeitos Tributários em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-4.529	3.512
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	176	159

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.491.077	1.636.746
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.801.379	1.995.333
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ vendas	-310.302	-358.587
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.090.947	-1.012.002
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-1.167.638	-1.088.749
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	76.691	76.747
3.03	Resultado Bruto	400.130	624.744
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-419.081	-458.020
3.04.01	Despesas com Vendas	-343.535	-367.944
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-329.102	-358.403
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-14.433	-9.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.211	-72.381
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-67.721	-63.796
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-8.490	-8.585
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46.732	14.265
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44.707	-31.119
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.360	-841
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.951	166.724
3.06	Resultado Financeiro	6.033	-3.949
3.06.01	Receitas Financeiras	45.369	18.472
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.336	-22.421
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.918	162.775
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.935	-25.775
3.08.01	Corrente	65.077	22.079
3.08.02	Diferido	-37.142	-47.854
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.017	137.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.017	137.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0443	0,40413
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04435	0,40491

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	15.017	137.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	16.348	39
4.02.01	Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa	24.372	0
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	17	39
4.02.03	Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-8.041	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.365	137.039

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.377	76.952
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.543	252.905
6.01.01.01	Lucro Líquido antes de IR e CSLL	-12.917	162.775
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	66.400	61.797
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	5	1.419
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	1.360	841
6.01.01.05	Atualização Financiamentos e das Aplicações Financeiras, Variações Cambiais Ativas e Passivas	87.308	155.699
6.01.01.06	Atualização Depósitos Judiciais	-565	-1.848
6.01.01.08	Créditos Tributários e Atualizações	-44.132	-6.455
6.01.01.09	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	4.047	4.991
6.01.01.10	Provisão/Perda do Valor Recuperável de Clientes	-7.032	9.282
6.01.01.11	Provisão(Reversão) do Valor Recuperável dos Estoques	4.497	1.099
6.01.01.13	Ações Outorgadas Reconhecidas	1.926	939
6.01.01.14	Atualização de Arrendamento Mercantil	5.127	2.734
6.01.01.15	Provisão decorrente dos Contratos de Operações com Derivativos "Swap"	-71.895	-146.057
6.01.01.16	Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	1.706	4.587
6.01.01.17	Provisão de IR sobre financiamentos	1.708	1.102
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.938	-155.066
6.01.02.01	Redução em Contas a Receber Clientes	113.787	16.877
6.01.02.02	(Aumento) nos Estoques	-241.277	-184.534
6.01.02.03	(Aumento) Redução nos Impostos a Recuperar	-19.942	4.649
6.01.02.04	(Aumento) nas Aplicações Financeiras	0	-21
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Créditos	688	-33.360
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	86.247	-26.253
6.01.02.08	Aumento nos Impostos e Contribuição	84.151	48.811
6.01.02.09	Aumento nas Subvenções Governamentais	5.686	8.810
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Débitos	-43.278	9.955
6.01.03	Outros	-7.228	-20.887
6.01.03.02	Juros Pagos	-11.715	-9.601
6.01.03.03	IR e CSLL pagos	-7.205	-9.718
6.01.03.05	Recebimento (pagamento) de recursos por liquidação de operações com derivativos	44.165	31.055
6.01.03.06	Variações Cambiais pagas	-32.473	-32.623
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.725	-53.285
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-36.490	-53.270
6.02.06	Resgate Aplicação Financeira a Longo Prazo	765	85
6.02.07	Aplicações em Investimentos	0	-100
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	478.132	422.637
6.03.02	Financiamentos Tomados	812.303	642.334
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-319.397	-169.258
6.03.04	Aquisição de ações de emissão da Cia.	0	-43.836
6.03.05	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-14.774	-6.603
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	458.784	446.304
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.212.873	348.312

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.671.657	794.616

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	29.715	1.924	-29.715	0	0	1.924
5.04.01	Aumentos de Capital	29.715	0	-29.715	0	0	0
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	1.924	0	0	0	1.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.017	16.348	31.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.017	0	15.017
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.348	16.348
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	16.331	16.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17
5.07	Saldos Finais	2.597.656	-10.057	4.067.275	15.017	8.966	6.678.857

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	59.541	-42.898	-59.541	0	0	-42.898
5.04.01	Aumentos de Capital	59.541	0	-59.541	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-43.836	0	0	0	-43.836
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	938	0	0	0	938
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.000	39	137.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.000	0	137.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	39	39
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39	39
5.07	Saldos Finais	2.567.941	-16.555	3.440.548	137.000	160	6.129.094

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	1.747.856	1.886.131
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.684.680	1.871.111
7.01.02	Outras Receitas	46.047	14.214
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	10.097	10.088
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.032	-9.282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.306.539	-1.202.263
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-827.991	-719.275
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-478.306	-480.576
7.02.04	Outros	-242	-2.412
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-242	-2.412
7.03	Valor Adicionado Bruto	441.317	683.868
7.04	Retenções	-66.400	-61.797
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.400	-61.797
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	374.917	622.071
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.009	17.631
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.360	-841
7.06.02	Receitas Financeiras	45.369	18.472
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	418.926	639.702
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	418.926	639.702
7.08.01	Pessoal	264.468	267.215
7.08.01.01	Remuneração Direta	171.839	177.594
7.08.01.02	Benefícios	71.092	72.983
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.537	16.638
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.730	205.873
7.08.02.01	Federais	30.794	112.649
7.08.02.02	Estaduais	54.958	89.902
7.08.02.03	Municipais	2.978	3.322
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.711	29.614
7.08.03.01	Juros	39.336	22.421
7.08.03.02	Aluguéis	11.375	7.193
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-83.264	39.696
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-83.264	39.696
7.08.05	Outros	98.281	97.304
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	98.281	97.304

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.423.514	9.729.858
1.01	Ativo Circulante	4.476.785	3.870.602
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.671.846	1.213.007
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.413	16.413
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.413	16.413
1.01.03	Contas a Receber	853.225	960.058
1.01.03.01	Clientes	853.225	960.058
1.01.04	Estoques	1.445.650	1.216.085
1.01.06	Tributos a Recuperar	407.231	398.893
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	407.231	398.893
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.313	10.305
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	66.107	55.841
1.01.08.03	Outros	66.107	55.841
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	40.067	23.794
1.01.08.03.20	Outros Créditos	26.040	32.047
1.02	Ativo Não Circulante	5.946.729	5.859.256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	715.100	618.596
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.542	3.306
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	712.558	615.290
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	268.509	263.827
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	373.470	293.008
1.02.01.10.05	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	7.313	6.773
1.02.01.10.06	Ativo de Indenização	46.294	51.682
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.972	0
1.02.02	Investimentos	100.573	101.902
1.02.02.01	Participações Societárias	46.080	47.289
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	45.192	46.401
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	888	888
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.493	54.613
1.02.03	Imobilizado	3.413.584	3.419.394
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.909.080	2.862.428
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	193.944	179.512
1.02.03.02.02	Imobilizado Direito de Uso	193.944	179.512
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	310.560	377.454
1.02.04	Intangível	1.717.472	1.719.364
1.02.04.01	Intangíveis	1.717.472	1.719.364
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	551.595	551.595
1.02.04.01.03	Software	69.661	68.533
1.02.04.01.04	Goodwill	944.412	944.412
1.02.04.01.05	Relacionamento com Clientes	151.373	154.341
1.02.04.01.06	Acordo de Não Concorrência	431	483

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.423.514	9.729.858
2.01	Passivo Circulante	1.428.015	1.634.008
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	148.365	176.568
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.521	52.324
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	95.844	124.244
2.01.02	Fornecedores	448.000	361.738
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	448.000	361.179
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	559
2.01.03	Obrigações Fiscais	74.693	55.611
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.959	19.245
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.778	1.778
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	13.181	17.467
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	57.913	34.711
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.821	1.655
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	501.697	776.028
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	501.697	776.028
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	372.966	439.570
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	128.731	336.458
2.01.05	Outras Obrigações	255.260	264.063
2.01.05.02	Outros	255.260	264.063
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.978	58.978
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	10.712	11.144
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	18.062	12.375
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	930	18.125
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	47.007	41.109
2.01.05.02.20	Outros Débitos	119.571	122.332
2.02	Passivo Não Circulante	2.316.642	1.450.282
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.625.057	812.989
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.625.057	812.989
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.055.327	293.319
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	569.730	519.670
2.02.02	Outras Obrigações	207.227	191.582
2.02.02.02	Outros	207.227	191.582
2.02.02.02.04	Outros Débitos	38.154	37.701
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.950	0
2.02.02.02.07	Arrendamento Mercantil	164.123	153.881
2.02.03	Tributos Diferidos	271.784	226.601
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	271.784	226.601
2.02.04	Provisões	212.574	219.110
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	212.574	219.110
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	95.552	103.127
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	103.985	104.245
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	13.037	11.738
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.678.857	6.645.568
2.03.01	Capital Social Realizado	2.597.656	2.567.941
2.03.02	Reservas de Capital	29.519	27.595

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.02.09	Ações Outorgadas Reconhecidas	12.990	11.066
2.03.04	Reservas de Lucros	4.027.699	4.057.414
2.03.04.01	Reserva Legal	320.874	320.874
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.009.917	2.009.917
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.640.914	1.670.629
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	95.570	95.570
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-39.576	-39.576
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.017	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.790	-7.541
2.03.06.01	Ganhos(Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	13.319	-11.053
2.03.06.02	Efeitos Tributários em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-4.529	3.512
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	176	159

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.491.077	1.636.746
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.801.379	1.995.333
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ Vendas	-310.302	-358.587
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.091.041	-1.012.039
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-1.167.732	-1.088.786
3.02.02	Subvenções para Investimentos Estaduais	76.691	76.747
3.03	Resultado Bruto	400.036	624.707
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-418.986	-457.984
3.04.01	Despesas com Vendas	-343.535	-367.944
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-329.102	-358.403
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-14.433	-9.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.379	-72.524
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-67.889	-63.939
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-8.490	-8.585
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46.854	14.419
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-44.717	-31.128
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.209	-807
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.950	166.723
3.06	Resultado Financeiro	6.032	-3.948
3.06.01	Receitas Financeiras	45.369	18.473
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.337	-22.421
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.918	162.775
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.935	-25.775
3.08.01	Corrente	65.077	22.079
3.08.02	Diferido	-37.142	-47.854
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.017	137.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	15.017	137.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.017	137.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0443	0,40413
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,04435	0,40491

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	15.017	137.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	16.348	39
4.02.01	Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa	24.372	0
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	17	39
4.02.03	Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-8.041	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	31.365	137.039
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.365	137.039

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.521	77.379
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.393	252.871
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	-12.917	162.775
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	66.400	61.797
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	5	1.419
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	1.209	807
6.01.01.05	Atualização dos Financiamentos e das Aplicações Financeiras, Variações Cambiais Ativas e Passivas	87.308	155.699
6.01.01.06	Atualização Depósitos Judiciais	-565	-1.848
6.01.01.08	Créditos Tributários e Atualizações	-44.132	-6.455
6.01.01.09	Provisão para riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	4.047	4.991
6.01.01.10	Provisão / Perda do Valor Recuperável de Clientes	-7.032	9.282
6.01.01.11	Provisão (Reversão) do Valor Recuperável dos Estoques	4.497	1.099
6.01.01.13	Ações Outorgadas Reconhecidas	1.926	939
6.01.01.14	Atualização de Arrendamento Mercantil	5.128	2.734
6.01.01.15	Provisão decorrente dos Contratos de Operações com Derivativos "Swap"	-71.895	-146.057
6.01.01.16	Atualização Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	1.706	4.587
6.01.01.17	Provisão de IR sobre Financiamentos	1.708	1.102
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.644	-154.534
6.01.02.01	Redução em Contas a Receber Clientes	113.863	16.908
6.01.02.02	(Aumento) nos Estoques	-241.187	-184.442
6.01.02.03	(Aumento) Redução nos Impostos a Recuperar	-19.941	4.649
6.01.02.04	(Aumento) nas Aplicações Financeiras	0	-21
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Créditos	729	-33.294
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	86.262	-25.992
6.01.02.08	Aumento nos Impostos e Contribuição	84.160	48.769
6.01.02.09	Aumento nas Subvenções Governamentais	5.686	8.810
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Débitos	-43.216	10.079
6.01.03	Outros	-7.228	-20.958
6.01.03.02	Juros Pagos	-11.715	-9.601
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-7.205	-9.789
6.01.03.05	Recebimento (Pagamento) de Recursos por Liquidação de Operações com Derivativos	44.165	31.055
6.01.03.06	Variações Cambiais Pagas	-32.473	-32.623
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.814	-53.620
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-36.579	-53.705
6.02.06	Resgate Aplicação Financeira a Longo Prazo	765	85
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	478.132	422.637
6.03.02	Financiamentos Tomados	812.303	642.334
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-319.397	-169.258
6.03.04	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	0	-43.836
6.03.05	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-14.774	-6.603
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	458.839	446.396
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.213.007	348.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.671.846	794.773

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568	0	6.645.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568	0	6.645.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	29.715	1.924	-29.715	0	0	1.924	0	1.924
5.04.01	Aumentos de Capital	29.715	0	-29.715	0	0	0	0	0
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	1.924	0	0	0	1.924	0	1.924
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.017	16.348	31.365	0	31.365
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.017	0	15.017	0	15.017
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.348	16.348	0	16.348
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	16.331	16.331	0	16.331
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17	0	17
5.07	Saldos Finais	2.597.656	-10.057	4.067.275	15.017	8.966	6.678.857	0	6.678.857

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953	0	6.034.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953	0	6.034.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	59.541	-42.898	-59.541	0	0	-42.898	0	-42.898
5.04.01	Aumentos de Capital	59.541	0	-59.541	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-43.836	0	0	0	-43.836	0	-43.836
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	938	0	0	0	938	0	938
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.000	39	137.039	0	137.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.000	0	137.000	0	137.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	39	39	0	39
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	39	39	0	39
5.07	Saldos Finais	2.567.941	-16.555	3.440.548	137.000	160	6.129.094	0	6.129.094

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	1.747.977	1.886.284
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.684.680	1.871.111
7.01.02	Outras Receitas	46.168	14.368
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	10.097	10.087
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.032	-9.282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.306.591	-1.202.392
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-828.086	-719.312
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-478.263	-480.678
7.02.04	Outros	-242	-2.402
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-242	-2.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	441.386	683.892
7.04	Retenções	-66.400	-61.797
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.400	-61.797
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	374.986	622.095
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.160	17.666
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.209	-807
7.06.02	Receitas Financeiras	45.369	18.473
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	419.146	639.761
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	419.146	639.761
7.08.01	Pessoal	264.514	267.287
7.08.01.01	Remuneração Direta	171.868	177.656
7.08.01.02	Benefícios	71.103	72.987
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.543	16.644
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.900	205.882
7.08.02.01	Federais	30.961	112.649
7.08.02.02	Estaduais	54.961	89.908
7.08.02.03	Municipais	2.978	3.325
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.715	29.592
7.08.03.01	Juros	39.337	22.421
7.08.03.02	Aluguéis	11.378	7.171
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-83.264	39.696
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-83.264	39.696
7.08.05	Outros	98.281	97.304
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	98.281	97.304

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



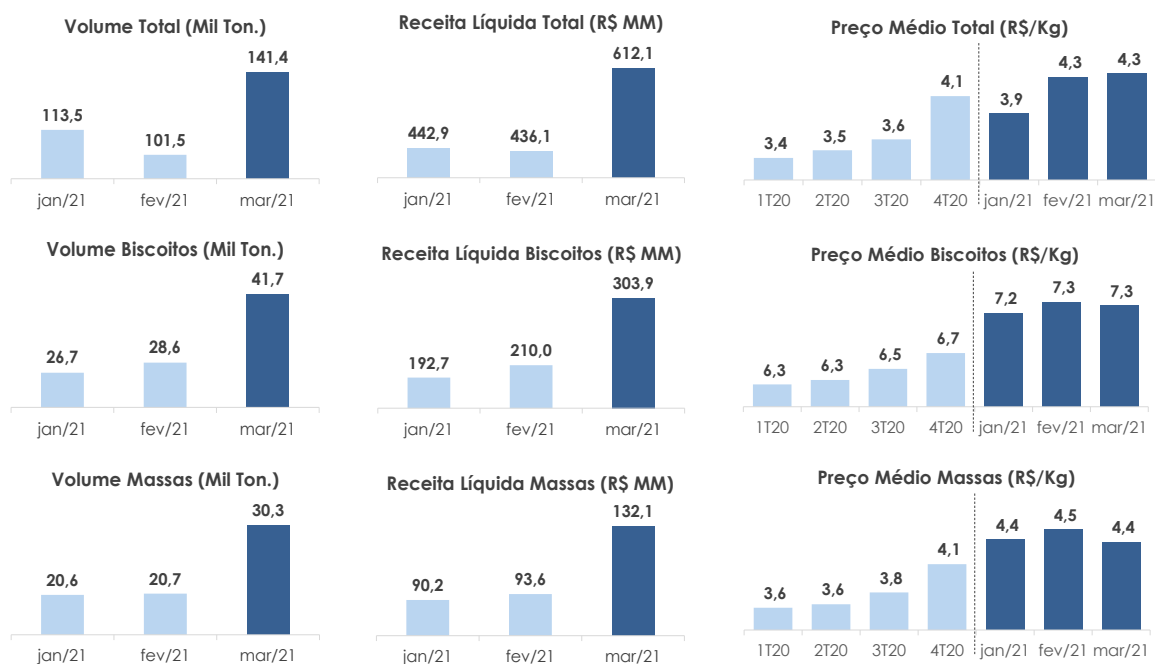
COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A.** Indústria e Comércio de Alimentos anuncia e submete à sua apreciação os resultados do primeiro trimestre de 2021 (1T21). As informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas conforme CPC 21 – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em harmonia com a nossa estratégia de crescimento com lucratividade e diante de um cenário de preços elevados das commodities, concentramos os nossos esforços na captura de ganhos de produtividade, no lançamento de produtos com maior valor agregado, no aumento da capilaridade de nossa distribuição, por meio também de novas parcerias, bem como na readequação dos nossos preços, objetivando a recomposição gradual das margens.

Sobre a readequação dos preços, o reajuste médio de 10% realizado em janeiro foi recebido com forte resistência pelo *trade*, pressionando os volumes até final de fevereiro. Como demonstramos nos gráficos abaixo, em março, já com os preços novos, elevamos o nível dos volumes e, conseqüentemente, da receita líquida.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Sobre o EBITDA do 1T21, demonstramos no quadro abaixo o efeito da queda dos volumes (-R\$ 135 milhões), o efeito desfavorável do câmbio (-R\$ 136 milhões), bem como os efeitos não recorrentes com créditos tributários e despesas extraordinárias.

EBITDA 1T20 (R\$ MM)	229
Efeito Preço, Volume, Despesas Recorrentes e Custos (sem Efeito Câmbio)	(135)
Subtotal	94
Ganhos Recorrentes com Programa de Eficiência e Produtividade Multiplique	85
Subtotal	179
Câmbio*	(136)
Subtotal	43
Ganhos Não Recorrentes**	27
Despesas com COVID	(8)
Despesas com Reestruturação	(14)
Despesas com Integração Piraquê	(1)
EBITDA 1T21 (R\$ MM)	47

* Impacto exclusivo da desvalorização do Real frente ao Dólar. Não considera as variações de preço das commodities em Dólar.

** Principal fator foi a exclusão do ICMS sobre PIS/COFINS.

Adicionalmente, no dia 24 de março, captamos R\$ 811 milhões com a nossa primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agonegócio (CRA), com uma demanda de R\$ 2,3 bilhões (2,9x o valor original). São duas séries, de 7 e 10 anos, Rating AAA, com a *second opinion* de Título Verde. Com essa emissão, mudamos o perfil da dívida, aumentando substancialmente a parcela de longo prazo, de 23,4% no 1T20 para 76,4% no 1T21.

O quadro abaixo apresenta a evolução das principais indicadores dos nossos resultados do 1T21, na comparação com o 1T20 e 4T20.

Principais Indicadores	1T21	1T20	AH% 1T20-1T21	4T20	AH% 4T20-1T21
Receita Líquida (R\$ MM)	1.491,1	1.636,7	-8,9%	1.701,6	-12,4%
Volume de Vendas Total (Em mil toneladas)	356,4	476,5	-25,2%	415,7	-14,3%
Volume de Vendas de Biscoitos (Em mil toneladas)	97,0	137,9	-29,7%	126,4	-23,3%
Volume de Vendas de Massas (Em mil toneladas)	71,6	104,9	-31,7%	94,5	-24,2%
Market share de biscoitos (volume)*	32,6%	33,3%	-0,7 p.p	33,5%	-0,9 p.p
Market share de massas (volume)*	32,6%	31,7%	0,9 p.p	32,4%	0,2 p.p
Lucro Líquido (R\$ MM)	15,0	137,0	-89,1%	209,0	-92,8%
Ebitda (R\$MM)	47,4	228,5	-79,3%	192,2	-75,3%
Margem Ebitda	3,2%	14,0%	-10,8 p.p	11,3%	-8,1 p.p
Caixa (Dívida) Líquidos (R\$ MM)	(384,9)	(660,7)	-41,7%	(350,7)	9,8%
Caixa (Dívida) Líquidos / Ebitda (últ. 12 meses)	(0,5)	(0,7)	-28,6%	(0,4)	25,0%
Capex (R\$ MM)	40,7	56,3	-27,7%	66,3	-38,6%
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	16,5	77,4	-78,7%	(18,2)	n/a

(*) Os valores apresentados no 1T21 e 1T20 referem-se ao período de jan/fev de 2021 e 2020.

Os valores apresentados no 4T20 referem-se ao período de nov/dez de 2020.

Os valores apresentados no 1T20 sofreram alterações em função de reprocessamento de bases, realizado pela Nielsen.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Neste momento, estruturamos e já temos em curso um conjunto de seis medidas para a retomada do crescimento com lucratividade.

Crescimento das Vendas

1. Onda Verde Piraquê!!!

Aceleração do crescimento e expansão nacional através das seguintes alavancas:

- i. Lançamento de salgadinhos, biscoitos cobertos e cookies, como os novos salgadinhos de batata e a edição especial "Comida Di Buteco", com preço médio acima de R\$ 39,0/kg¹.
- ii. Fortalecimento da marca, com maior presença na mídia, como a Festa Original Piraquê no BBB21;
- iii. Embalagens adequadas para cada perfil de canal;
- iv. Maior presença nas plataformas de e-commerce, com aumento dos investimentos em ativação, inclusive nas datas comemorativas
- v. Maior presença em PDVs Premium, com novo enxoval.



2. Novas Parcerias

Aumentar a capilaridade de nossa distribuição

- Em parceria com a AMBEV, a partir de maio, uma seleção de nosso portfólio passou a ser oferecida na plataforma BEES, direcionada aos varejistas e com potencial de aumentar a nossa capilaridade.

3. Alavancar oportunidades no mercado externo pela maior competitividade dos nossos produtos

- i. América Latina: Massas e Farinha de Trigo
- ii. EUA: *Private Label* e retomada das vendas de torradas
- iii. Número de Clientes, 65 no 1T21 vs. 56 no 1T20
- iv. Número de países, 30 no 1T21 vs 23 no 1T20

Produtividade e Eficiência

Foco na melhora gradual das margens e retornos, reinvestindo parte dos ganhos na nossa estratégia de crescimento, no fortalecimento das marcas e em tecnologia

4. **Otimização do Número de SKUs.** Ao longo dos próximos dois trimestres, 137 SKUs de biscoitos e massas (17% do total de SKUs e 3% da receita) serão retirados do nosso portfólio, reduzindo a complexidade da operação e melhorando a execução em toda a cadeia.

¹ Preço médio calculado com base na receita líquida do item.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



5. Adequação do Footprint fabril e logístico:

- Fechamento de 2 dos 32 CDs;
- Aumento do nível de utilização de capacidade nas linhas de produção. Ao longo dos próximos trimestres, concentraremos a produção em menos linhas de produção, passando de 113 para 106 linhas de produção ativas de biscoitos e massas;
- Renegociação de tarifas com operadores logísticos

6. Redesenho organizacional;

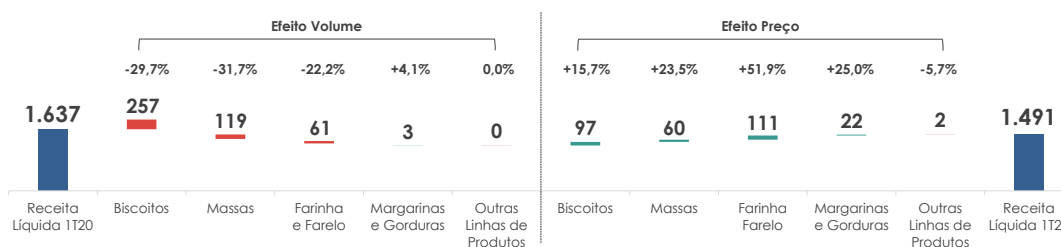
A consultoria Gradus foi contratada para apoiar na transformação da organização em linha com sua estratégia, colocando a empresa no mesmo patamar das melhores referências do mercado.

Ao longo dos próximos trimestres, compartilharemos a evolução e os impactos dessas medidas.

• Receita

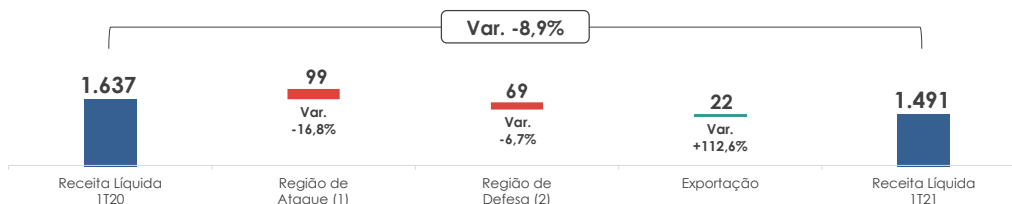
No 1T21, nossa receita líquida totalizou R\$ 1,5 bilhão, 9% menor que o 1T20. Destacamos abaixo os efeitos "volume" e "preço". Em farinha e farelo e margarinas e gorduras, os reajustes de preços compensaram a retração dos volumes. O mesmo ainda não ocorreu em biscoitos e massas, resultado da retração dos volumes nos meses de janeiro e fevereiro, quando alteramos as tabelas de preços.

Variação na Receita Líquida 1T21 vs 1T20 (R\$ MM)



Sobre a evolução da receita por região, conforme observado no gráfico abaixo, as exportações cresceram três dígitos e a receita líquida foi menor nas regiões de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e Defesa (Norte e Nordeste).

Variação na Receita Líquida por Regiões 1T21 vs 1T20 (R\$ MM)



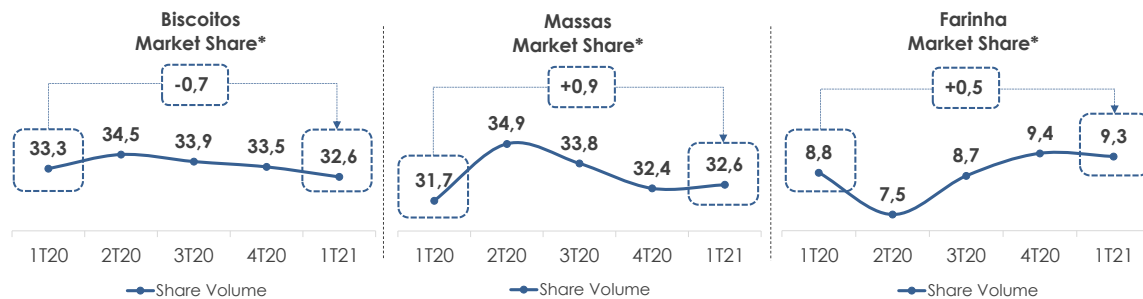
(1) Nota: Região de Ataque compreende Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
 (2) Nota: Região de Defesa compreende Norte e Nordeste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



• Market Share

Mantivemos a liderança nacional² em biscoitos e massas, com aumento de participação em massas e queda em biscoitos. Em massas, houve expansão de *market share* tanto na comparação com o 1T20 quanto com o 4T20.

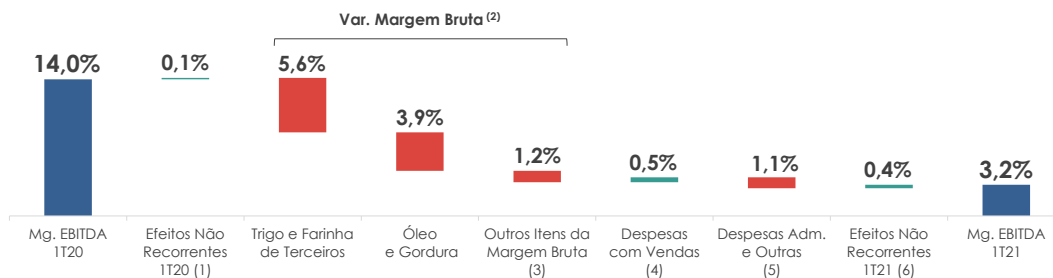


* Fonte: Nielsen

• EBITDA

Encerramos o 1T21 com EBITDA de R\$ 47,4 milhões, retração de 79,3% frente ao 1T20, e margem EBITDA de 3,2% (margem EBITDA de 14,0% no 1T20). Sobre a margem EBITDA, como demonstrado abaixo, a retração se deu, essencialmente, pelo impacto desfavorável dos preços mais altos das *commodities* (trigo, óleos e açúcar) e pela menor diluição dos custos fixos, face à redução de 26,5% no volume produzido.

Varição Margem EBITDA (%RL) 1T21 vs 1T20



(1) Nota: Efeitos não recorrentes do 1T20.

(2) Nota: % Variação na margem bruta sem considerar a representatividade da depreciação do CPV sobre a receita líquida.

(3) Nota: Desconsidera os efeitos não recorrentes no custo com a COVID-19 (R\$ 6,6 milhões).

(4) Nota: Desconsidera os efeitos não recorrentes com despesas com a COVID-19 (R\$ 0,6 milhão) e despesas com reestruturação (R\$ 12,6 milhões).

(5) Nota: Desconsidera os efeitos não recorrentes com despesas com a COVID-19 (R\$ 0,5 milhão), despesas com integração Piraquê (R\$ 0,8 milhão), despesas com reestruturação (R\$ 1,1 milhão) e receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 27,4 milhões).

(6) Nota: Efeitos não recorrentes do 1T21 com despesas e custos com a COVID-19 (R\$ 7,7 milhões), despesas com reestruturação (R\$ 13,7 milhões), despesas com integração Piraquê (R\$ 0,8 milhão) e receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 27,4 milhões).

² Dados da NIELSEN para o período de janeiro a fevereiro de 2021.

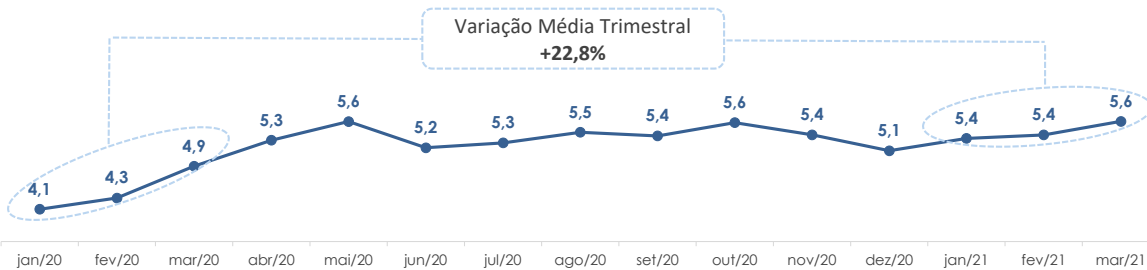
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Nos gráficos abaixo, demonstramos que o aumento dos preços das commodities em Reais foi resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar e do aumento dos preços das commodities em Dólares.

O aumento de 22,8% no Dólar médio entre o 1T21 vs 1T20 teve impacto direto em nossos custos.

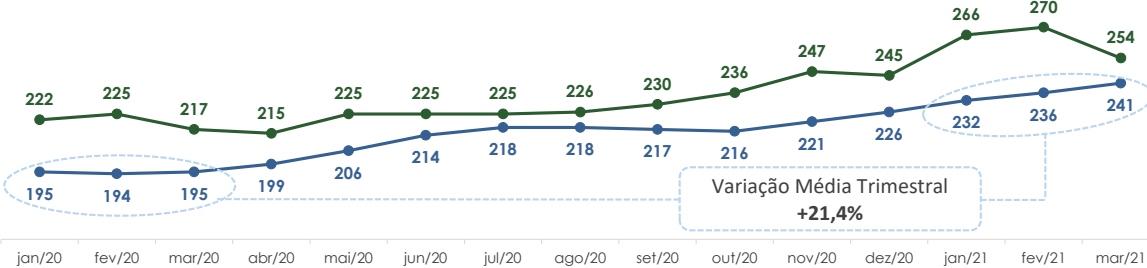
Dólar Médio Mensal - PTAX Fechamento*



* Fonte: BACEN

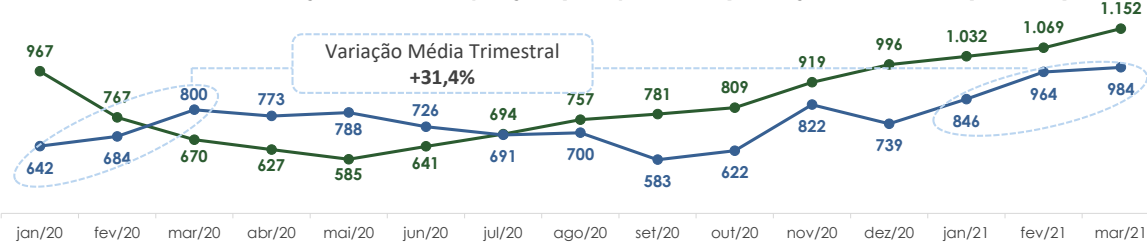
Sobre o trigo e óleo de palma, conforme demonstrado nos dois gráficos abaixo, mesmo com preços em Dólares mais competitivos que o mercado, a alta de dois dígitos nos preços dessas commodities impactou substancialmente os nossos custos.

Trigo - Preço Médio de Aquisição (Estoque M.Dias) x Preço de Mercado (US\$ TON)



* Fonte: www.safras.com.br

Óleo de Palma - Preço Médio de Aquisição (Estoque M.Dias) x Preço de Mercado (US\$ TON)



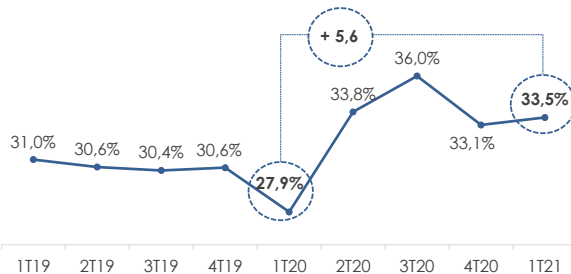
* Fonte: Rotterdam

Finalmente, como resultado direto da combinação dos dois fatores expostos acima (desvalorização do Real frente ao Dólar e aumento dos preços do trigo e óleo de palma em Dólares), houve um aumento expressivo dos custos dos produtos vendidos em relação à receita líquida.

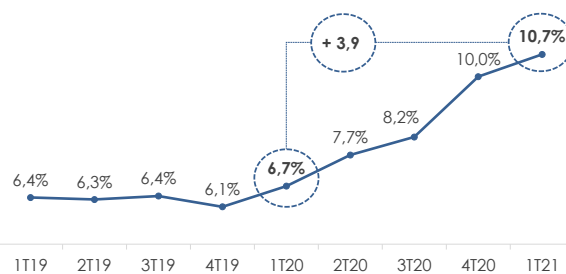
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Evolução dos Custos de Trigo e Farinha de Terceiros (%RL)



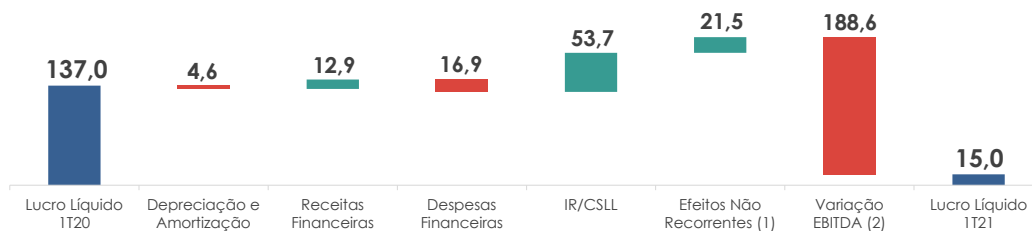
Evolução dos Custos de Óleo e Gordura de Terceiros (%RL)



• Lucro Líquido

O **Lucro líquido** decresceu **89,1%** na comparação com o 1T20, totalizando **R\$ 15,0 milhões**. Como demonstrado no gráfico abaixo, a queda se deu, principalmente, pela variação do EBITDA.

Variação Lucro Líquido 1T21 vs 1T20 (R\$ MM)



⁽¹⁾ Nota: Variação dos efeitos não recorrentes do 1T21 (R\$ 21,1 milhões) vs 1T20 (R\$ -0,4 milhão):

- **1T21 (R\$ 21,1 milhões)**: Considera despesas com integração da Piraquê (R\$ 0,8 milhão), custos e despesas com a COVID-19 (R\$ 7,7 milhões), despesas com reestruturação (R\$ 13,7 milhões), receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 27,4 milhões) e receita financeira de atualização monetária dos créditos tributários extemporâneos (R\$ 15,9 milhões).

- **1T20 (R\$ -0,4 milhão)**: Considera despesas com integração da Piraquê (R\$ 3,2 milhões), despesas com reestruturação (R\$ 3,7 milhões), receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 4,5 milhões) e receita financeira de atualização monetária dos créditos tributários extemporâneos (R\$ 2,0 milhões).

⁽²⁾ Nota: Variação do EBITDA sem os efeitos não recorrentes.

• Investimentos

No 1T21, investimos **R\$ 40,7 milhões (-27,7% vs 1T20)**. Destaque para: (i) aquisição de equipamentos para a unidade em Bento Gonçalves (RS); (ii) investimento em *software* de gestão na unidade de Salvador (BA); (iii) adequação e aquisição de máquinas e equipamento na unidade de Natal (RN); (iv) adequação do CD da unidade do Rio de Janeiro (RJ); (v) abertura do CD em Vitória da Conquista (BA).

• Dívida, Capitalização e Caixa

No trimestre, as disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais totalizaram R\$ 16,5 milhões (-78,7% vs 1T20), e encerramos o período com caixa de R\$ 1,7 bilhão (R\$ 0,8 bilhão no 1T20) e endividamento bruto de R\$ 2.126,7 milhões (R\$ 1.567,3 milhões no 1T20), resultando em uma alavancagem (dívida líquida pelo EBITDA últimos 12 meses) de 0,5x, menor que a registrada no 1T20 (0,7x).

MDIA
B3 LISTED NM

IBRAB3 **ICONB3** **IGCB3** **IGC-NMB3**
IGCTB3 **INDXB3** **ISEB3** **ITAGB3** **SMLLB3**

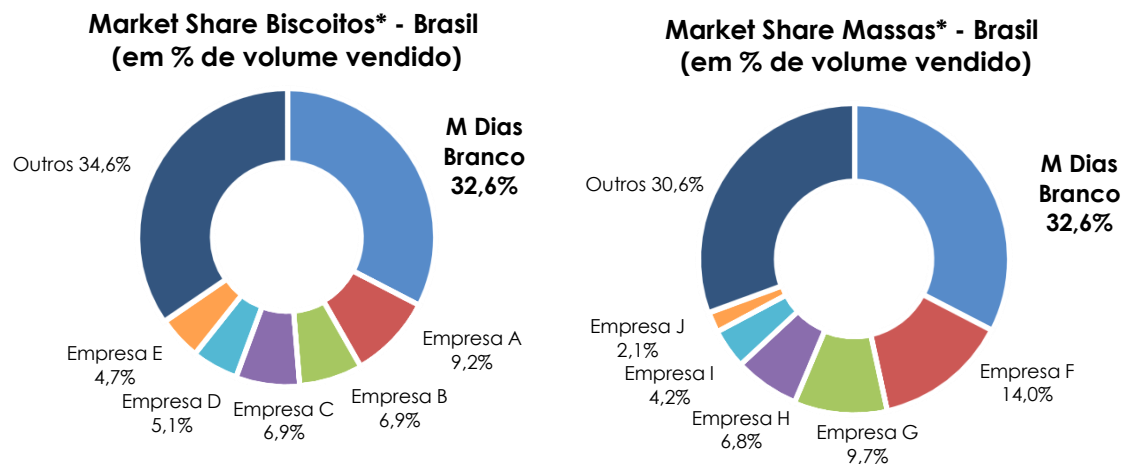
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESTAQUES DE MERCADO

MARKET SHARE

Apresentamos abaixo o *market share* Brasil (em % de volume vendido) da M. Dias Branco, líder nacional nos mercados de massas e biscoitos, e dos principais concorrentes no período acumulado de janeiro a fevereiro de 2021.



* Dados da NIELSEN para o período de jan/fev de 2021.

* Dados da NIELSEN para o período de jan/fev de 2021.

CANAL DE VENDAS

No comparativo entre o 1T21 vs 1T20, em linha com a nossa estratégia de crescimento, os canais Distribuidores e Exportação ganharam representatividade nas vendas. O Canal Distribuidores, importante para o aumento de nossa capilaridade na região de Ataque (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) aumentou sua participação a partir da inclusão de 24 novos distribuidores entre o 1T21 e 1T20 (de 46 para 70 distribuidores), principalmente em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

Os canais Atacado e Cash & Carry apresentaram perda de representatividade, com queda nos volumes vendidos provocado principalmente pela redução dos volumes nos meses de janeiro e fevereiro, em função dos repasses de preço.

Mix de Clientes	1T21	1T20	Varição	4T20	Varição
Varejo	27,9%	27,2%	0,7 p.p	26,3%	1,6 p.p
Atacado	21,7%	24,9%	-3,2 p.p	20,4%	1,3 p.p
Key Account / Rede Regional	21,6%	19,9%	1,7 p.p	23,2%	-1,6 p.p
Cash & Carry	14,7%	19,9%	-5,2 p.p	16,4%	-1,7 p.p
Distribuidores	7,9%	5,9%	2 p.p	8,2%	-0,3 p.p
Indústria	1,7%	0,8%	0,9 p.p	1,4%	0,3 p.p
Outros	4,5%	1,4%	3,1 p.p	4,1%	0,4 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%		100,0%	

Nota: Mix de clientes, considerando a receita bruta deduzida de descontos e devoluções.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Maiores Clientes		Vendas 1T21 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos (%)	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	143,9	8,3%	8,3%
49 Subseqüentes	50	483,7	27,9%	36,2%
50 Subseqüentes	100	131,2	7,6%	43,8%
900 Subseqüentes	1.000	526,2	30,4%	74,2%
Demais Clientes	Todos	447,1	25,8%	100,0%
TOTAL		1.732,1		

* Receita bruta deduzida de descontos e devoluções.

DESTAQUES OPERACIONAIS

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras linhas de produtos **		Total	
	1T21	1T20	1T21	1T20	1T21	1T20	1T21	1T20	1T21	1T20	1T21	1T20
Produção Total	101,8	149,4	78,3	108,5	322,1	434,3	39,5	45,9	3,8	3,8	545,5	741,9
Capacidade Total de Produção	216,7	215,7	135,8	138,1	609,1	579,9	90,0	101,0	9,8	9,5	1.061,4	1.044,2
Nível de Utilização da Capacidade	47,0%	69,3%	57,7%	78,6%	52,9%	74,9%	43,9%	45,4%	38,8%	40,0%	51,4%	71,0%

* Em mil toneladas

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras linhas de produtos **		Total	
	1T21	4T20	1T21	4T20	1T21	4T20	1T21	4T20	1T21	4T20	1T21	4T20
Produção Total	101,8	118,2	78,3	92,6	322,1	338,5	39,5	47,5	3,8	3,7	545,5	600,5
Capacidade Total de Produção	216,7	230,1	135,8	146,0	609,1	579,9	90,0	90,0	9,8	9,7	1.061,4	1.055,7
Nível de Utilização da Capacidade	47,0%	51,4%	57,7%	63,4%	52,9%	58,4%	43,9%	52,8%	38,8%	38,1%	51,4%	56,9%

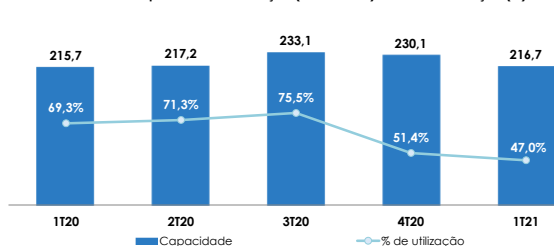
* Em mil toneladas

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

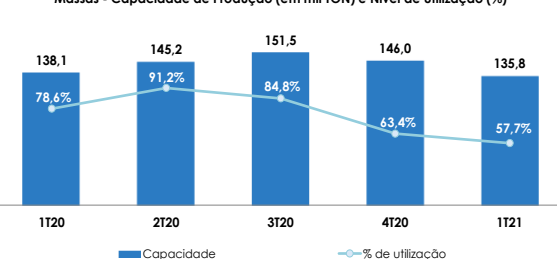
Nota: A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando as reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup, limpeza das linhas, restrições quanto à quantidade máxima de turnos admitidos em cada planta, etc.

No comparativo entre o 1T21 vs o 1T20 e o 4T20, o nível de utilização da capacidade apresentou queda de 19,6p.p. e 5,5p.p. respectivamente. A queda está associada à forte retração nos volumes vendidos de 25,2% no comparativo entre o 1T21 vs 1T20 e 14,3% vs o 4T20.

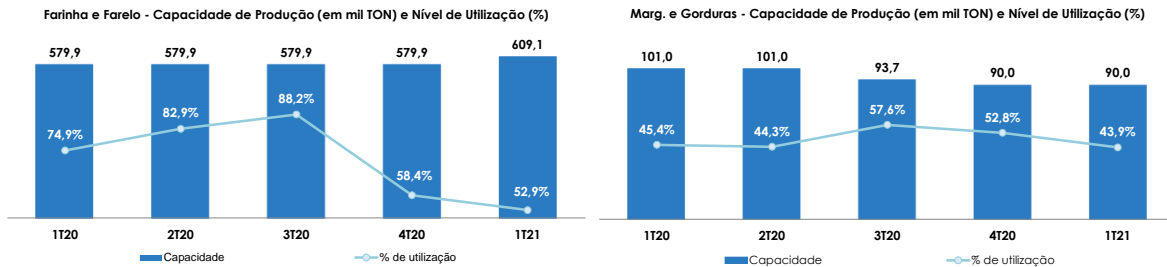
Biscoitos - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



Massas - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



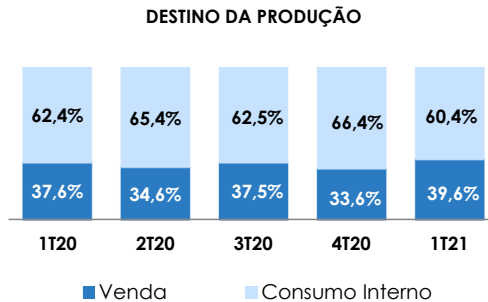
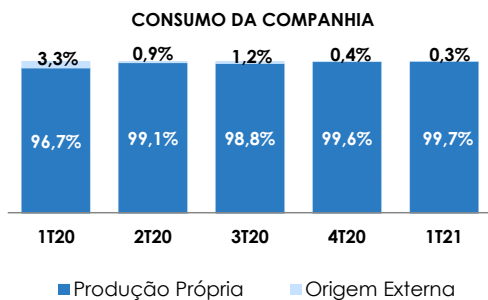
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



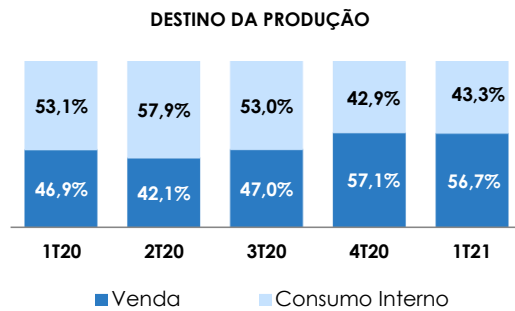
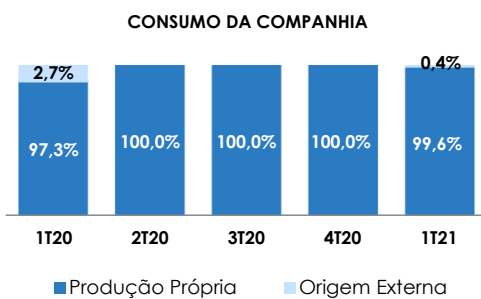
VERTICALIZAÇÃO

Seguindo com a estratégia de verticalização dos principais insumos utilizados no processo industrial, mantivemos níveis elevados no 1T21: 99,7% em farinha de trigo e 99,6% em gorduras.

FARINHA DE TRIGO



GORDURA



Nota: Nos gráficos de consumo da Companhia, evidenciamos a origem da farinha de trigo e gordura que consumimos no período, destacando o percentual que foi fabricado internamente (produção própria) e o percentual que foi adquirido de terceiros (origem externa). Nos gráficos de destino da produção, evidenciamos o percentual da farinha de trigo e gordura produzida que foi destinada à venda e destinada à fabricação de biscoitos, massas, etc. (consumo interno).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA

No 1T21 vs 1T20, a receita líquida registrou queda de 8,9%, impulsionada pela retração nos volumes vendidos de 25,2% e aumento do preço médio de 21,9%.

Linhas de Produto	1T21			1T20			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	706,6	97,0	7,28	866,9	137,9	6,29	-18,5%	-29,7%	15,7%
Massas	315,9	71,6	4,41	374,6	104,9	3,57	-15,7%	-31,7%	23,5%
Farinha e Farelo	326,1	163,8	1,99	276,0	210,5	1,31	18,2%	-22,2%	51,9%
Margarinas e Gorduras	109,7	20,5	5,35	84,4	19,7	4,28	30,0%	4,1%	25,0%
Outras Linhas de Produtos**	32,8	3,5	9,37	34,8	3,5	9,94	-5,7%	0,0%	-5,7%
TOTAL	1.491,1	356,4	4,18	1.636,7	476,5	3,43	-8,9%	-25,2%	21,9%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolo, Refrescos e Torradas

Apresentamos abaixo alguns de nossos lançamentos e ações comerciais e de marketing realizadas durante o 1T21:



Lançamentos: 10 novos produtos, ampliando o portfólio das marcas Piraquê (com os salgadinhos da linha "Comida Di Buteco") e Vitarella (com os biscoitos recheados sabores farinha láctea, brownie e framboesa da linha Treloso e, em massas instantâneas, com Lámen Carne e Galinha Caipira).

Seguimos investindo em marketing e comercial: destaque para os investimentos na campanha de nacionalização da Piraquê e, também, nas campanhas da Vitarella "Cream Cracker 7 camadas #1" (foco no Sudeste e Centro-Oeste) e "Delicida Cristal" (no Nordeste), além da ação nacional de merchandising no BBB21.



Participação em eventos: presença na Gulfood em Dubai (Emirados Árabes Unidos), maior feira de alimentos e bebidas do mundo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



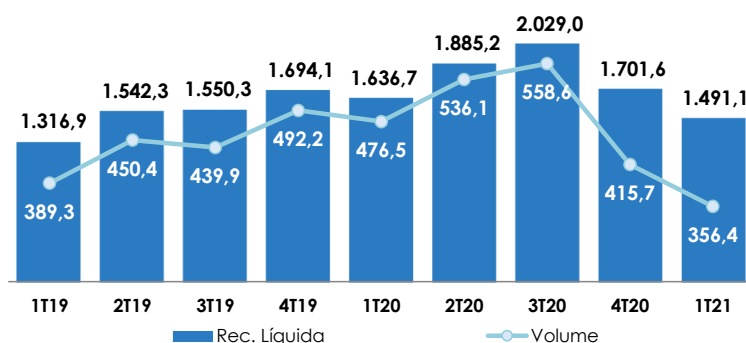
No comparativo do 1T21 vs 4T20, a receita líquida decresceu 12,4%, com aumento de 2,2% no preço médio e retração nos volumes de 14,3%.

Linhas de Produto	1T21			4T20			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	706,6	97,0	7,28	845,0	126,4	6,69	-16,4%	-23,3%	8,8%
Massas	315,9	71,6	4,41	387,2	94,5	4,10	-18,4%	-24,2%	7,6%
Farinha e Farelo	326,1	163,8	1,99	302,6	163,9	1,85	7,8%	-0,1%	7,6%
Margarinas e Gorduras	109,7	20,5	5,35	132,1	26,7	4,95	-17,0%	-23,2%	8,1%
Outras Linhas de Produtos**	32,8	3,5	9,37	34,7	4,2	8,26	-5,5%	-16,7%	13,4%
TOTAL	1.491,1	356,4	4,18	1.701,6	415,7	4,09	-12,4%	-14,3%	2,2%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

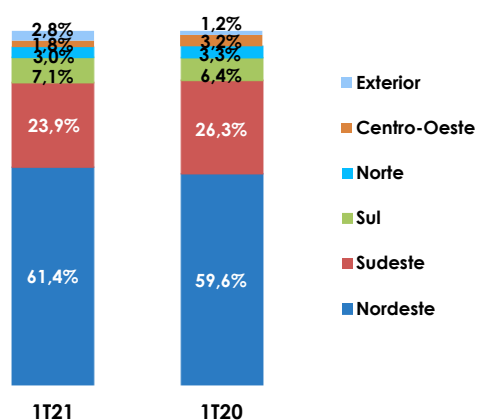
** Bolos, Snacks, Mistura para Bolo, Refrescos e Torradas

Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)

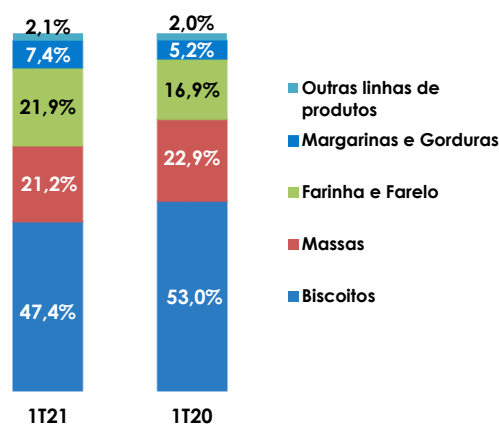


Em relação às exportações, a receita bruta no 1T21 alcançou R\$ 59,0 milhões (R\$ 25,1 milhões no 1T20). O crescimento das exportações segue o planejamento estratégico sustentado por (i) inovações com embalagens e produtos mais adaptados aos mercados; (ii) desenvolvimento de marcas próprias e produção para marcas de clientes (*private label*); e (iii) foco em mercados com alto potencial de crescimento, como América do Sul e Central, EUA, África e Oriente Médio.

Vendas por Região (% da Receita Bruta deduzida de descontos e devoluções)



Composição da Receita Operacional Líquida



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



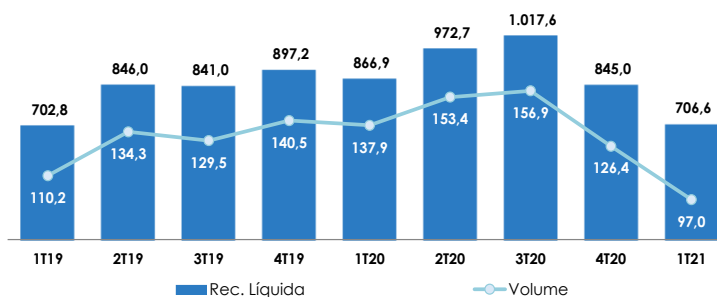
DESTAQUES - BISCOITOS

A receita líquida de biscoitos registrou queda de 18,5%, com redução dos volumes de 29,7% e aumento no preço médio de 15,7%.

A queda nos volumes, observada principalmente entre os meses de janeiro e fevereiro, foi provocada pelos repasses de preços em todas as subcategorias e regiões. Destaque para a subcategoria de rosquinhas, com forte crescimento dos volumes nas regiões de Ataque e Defesa.

Com relação aos lançamentos, no 1T21 registramos receita bruta de R\$ 47,1 milhões, com 107 novos produtos/sabores lançados nos últimos 24 meses (86 novos produtos/sabores com receita bruta de R\$ 35,8 milhões no 1T20).

Biscoitos - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

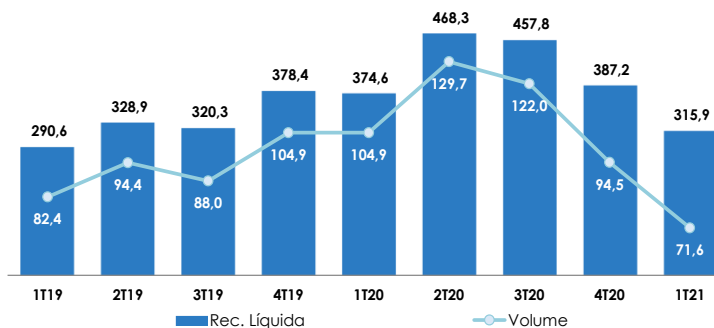


DESTAQUES - MASSAS

A receita líquida de massas decresceu 15,7% no 1T21 vs 1T20, com redução dos volumes de 31,7% e aumento do preço médio de 23,5%.

A queda nos volumes foi observada em todas as subcategorias e regiões, e principalmente sobre os meses de janeiro e fevereiro, provocada pelos repasses de preços.

Massas - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

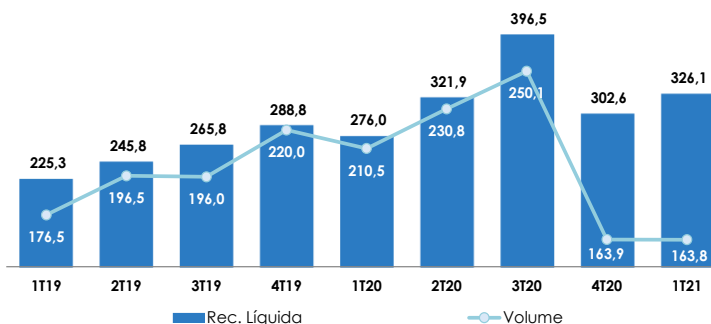


DESTAQUES - FARINHA E FARELO DE TRIGO

A receita líquida de farinhas e farelo de trigo cresceu 18,2% no 1T21, com redução de 22,2% dos volumes e aumento de 51,9% no preço médio.

A retração dos volumes foi influenciada por farinhas industriais, principalmente na região Nordeste, enquanto os volumes de farinhas domésticas cresceram 5%, com destaque para as regiões Sul e Sudeste, além das Exportações.

Farinha e Farelo - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

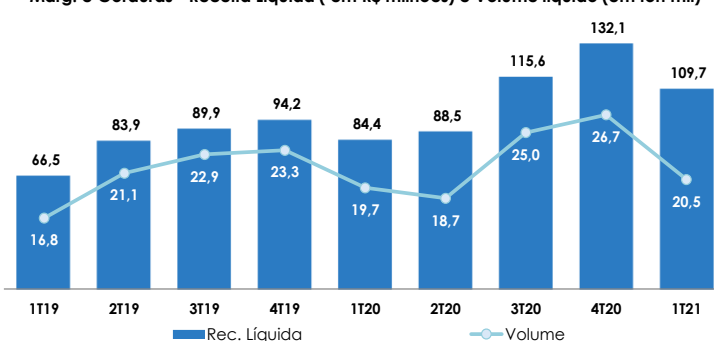


DESTAQUES – MARGARINAS E GORDURAS

A receita líquida de margarinas e gorduras cresceu 30,0% no 1T21 vs 1T20, com aumento dos volumes de 4,1% e aumento no preço médio de 25,0%.

Destacamos o crescimento dos volumes na subcategoria industrial, que compensou a retração no segmento doméstico. No período, tanto a região de Ataque quanto a região de Defesa registraram aumento do preço médio.

Marg. e Gorduras - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



CUSTOS

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	1T21	% RL	1T20	% RL	AH% 1T20-1T21	4T20	% RL	AH% 4T20-1T21
Matéria-Prima	774,5	51,9%	688,3	42,1%	12,5%	872,3	51,3%	-11,2%
Trigo	498,2	33,4%	448,8	27,4%	11,0%	560,4	32,9%	-11,1%
Óleo	158,6	10,6%	107,8	6,6%	47,1%	170,1	10,0%	-6,8%
Açúcar	38,7	2,6%	41,7	2,5%	-7,2%	44,6	2,6%	-13,2%
Farinha de Terceiros	1,5	0,1%	8,5	0,5%	-82,4%	2,3	0,1%	-34,8%
Gordura de Terceiros	0,3	0,0%	2,4	0,1%	-87,5%	-	0,0%	n/a
Outros insumos	77,2	5,2%	79,1	4,8%	-2,4%	94,9	5,6%	-18,7%
Embalagens	95,5	6,4%	108,1	6,6%	-11,7%	115,6	6,8%	-17,4%
Mão de obra	148,2	9,9%	147,7	9,0%	0,3%	156,4	9,2%	-5,2%
Gastos Gerais de Fabricação	107,1	7,2%	101,9	6,2%	5,1%	118,1	6,9%	-9,3%
Depreciação e Amortização	42,4	2,8%	42,8	2,6%	-0,9%	45,9	2,7%	-7,6%
Total	1.167,7	78,3%	1.088,8	66,5%	7,2%	1.308,3	76,9%	-10,7%

No 1T21, os custos dos produtos vendidos foram 7,2% maiores que os registrados no 1T20, e representaram 78,3% da receita líquida do período (66,5% no 1T20).

Relacionamos abaixo os principais efeitos favoráveis e desfavoráveis nos custos dos produtos vendidos.

EFITOS FAVORÁVEIS (1T21 vs 1T20)

- Redução de custos com embalagens, fruto dos resultados obtidos com o projeto de produtividade e eficiência (Multiplique);

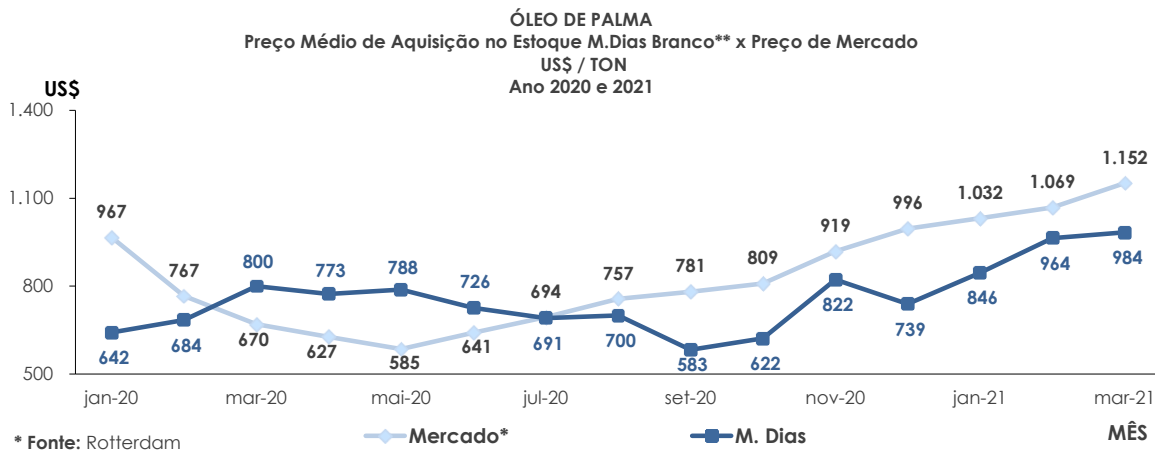
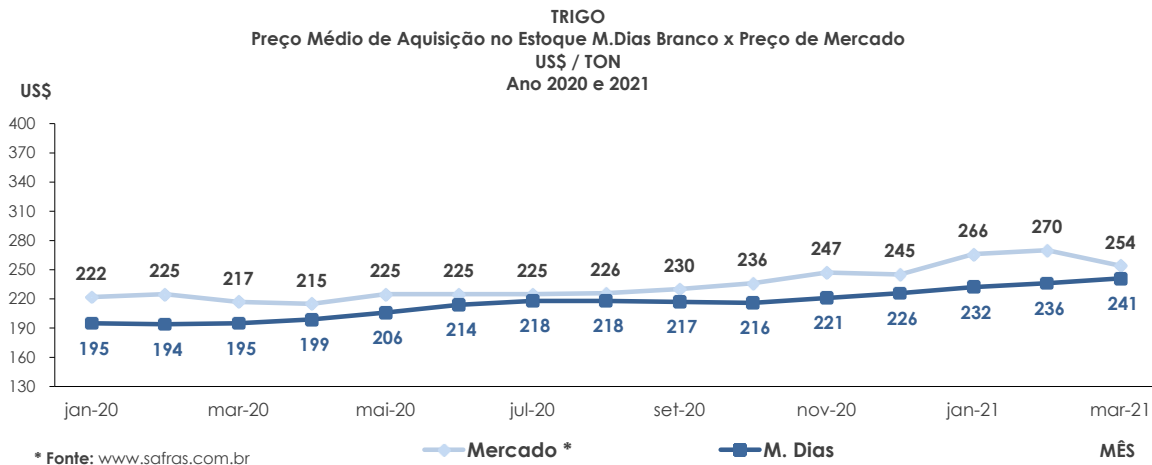
EFITOS DESFAVORÁVEIS (1T21 vs 1T20)

- Redução no volume de produção em 26,5%, impactando em menor diluição dos custos fixos;
- Aumento no custo médio em Reais do trigo em 44,0%, do óleo em 69,5% e do açúcar em 25,2%; e
- Aumento de gastos gerais em função dos efeitos da pandemia, como a intensificação da limpeza e materiais de prevenção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No 1T21 vs 4T20, os custos dos produtos vendidos foram 10,7% menores em valores absolutos, representando 78,3% da receita líquida do período (76,9% no 4T20).

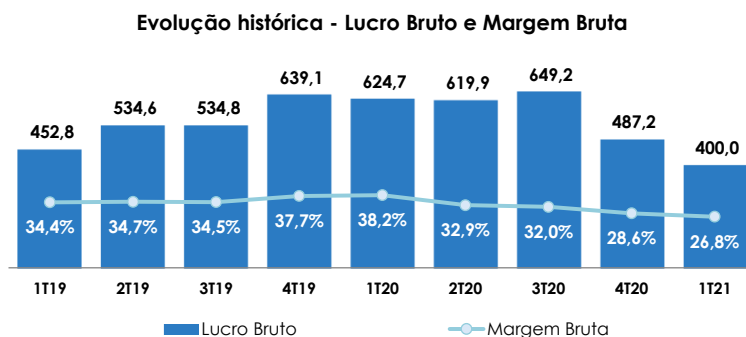


Nota: O gráfico de preço médio de aquisição no Estoque da M. Dias Branco referente ao óleo de soja deixa de ser divulgado no Earnings Release, porém os dados continuam a ser divulgados em nosso site de Relações com Investidores <https://ri.mdiasbranco.com.br/>.

LUCRO BRUTO

No comparativo 1T21 vs 1T20, o lucro bruto decresceu 36,0% com queda de 11,4p.p. de margem bruta.

A queda de margem é resultado, principalmente, da redução dos volumes produzidos, e do aumento no custo médio das commodities, impactadas pelo avanço do Dólar frente ao Real.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



É importante destacar que o lucro bruto contempla as subvenções para investimentos estaduais, no montante de R\$ 76,6 milhões no 1T21 (R\$ 76,8 milhões no 1T20), que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais.

DESPESAS OPERACIONAIS

No sentido de promover uma melhor compreensão das variações ocorridas nas despesas operacionais, evidenciamos de forma separada as despesas com depreciação e amortização e despesas tributárias, conforme demonstrado abaixo:

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	1T21	% RL	1T20	% RL	AH% 1T20-1T21	4T20	% RL	AH% 4T20-1T21
Vendas*	329,1	22,1%	358,4	21,9%	-8,2%	369,2	21,7%	-10,9%
Administrativas e gerais	53,7	3,6%	60,7	3,7%	-11,5%	57,1	3,4%	-6,0%
Doações	10,9	0,7%	0,1	0,0%	n/a	8,5	0,5%	28,2%
Honorários da administração	3,3	0,2%	3,1	0,2%	6,5%	4,1	0,2%	-19,5%
Tributárias	7,1	0,5%	5,9	0,4%	20,3%	12,6	0,7%	-43,7%
Depreciação e amortização	24,0	1,6%	19,0	1,2%	26,3%	22,1	1,3%	8,6%
Outras desp./(rec.) operac.	(10,3)	-0,7%	10,0	0,6%	n/a	(112,2)	-6,6%	-90,8%
TOTAL	417,8	28,0%	457,2	27,9%	-8,6%	361,4	21,2%	15,6%

*Salários e benefícios, fretes e outras despesas com marketing, força de vendas e logística.

No comparativo entre o 1T21 vs 1T20, as despesas operacionais decresceram 8,6% em valores absolutos, e em representatividade sobre a receita líquida aumentaram 0,1 p.p.

A queda em valores absolutos é fruto do projeto de produtividade e eficiência (Multiplique), com redução sobre despesas com Marketing e Trade (R\$ 8,1 milhões) e despesas com logística (R\$ 17,4 milhões). Adicionalmente, registramos R\$ 27,4 milhões de receitas com créditos tributários extemporâneos.

Evolução Despesas Operacionais 1T21 vs 1T20 (%RL)



(1) Nota: Efeitos não recorrentes do 1T20.

(2) Nota: Desconsidera os efeitos não recorrentes com despesas com a COVID-19 (R\$ 0,6 milhão) e despesas com reestruturação (R\$ 12,6 milhões).

(3) Nota: Desconsidera os efeitos não recorrentes com despesas com a COVID-19 (R\$ 0,5 milhão), despesas com integração Piraquê (R\$ 0,8 milhão), despesas com reestruturação (R\$ 1,1 milhão) e receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 27,4 milhões).

(4) Nota: Efeitos não recorrentes do 1T21, despesas com a COVID-19 (R\$ 1,1 milhão), despesas com reestruturação (R\$ 13,7 milhões), despesas com integração Piraquê (R\$ 0,8 milhão) e receitas de créditos tributários extemporâneos (R\$ 27,4 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS FINANCEIROS

No sentido de promover uma melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, evidenciamos as variações cambiais e operações com derivativos do período de forma isolada das demais receitas e despesas financeiras, conforme segue:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T21	1T20	AH% 1T20-1T21	4T20	AH% 4T20-1T21
Receitas Financeiras	26,0	10,9	n/a	110,5	-76,5%
Despesas Financeiras	(24,8)	(20,0)	24,0%	(23,7)	4,6%
Variações Cambiais	(67,0)	(140,8)	-52,4%	53,5	n/a
Perdas / Ganhos com derivativos	71,9	146,0	-50,8%	(83,2)	n/a
TOTAL	6,1	(3,9)	-256,4%	57,1	-89,3%

No 1T21, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de R\$ 6,1 milhões frente ao resultado negativo de R\$ 3,9 milhões no 1T20. A melhora foi influenciada pelo reconhecimento das atualizações financeiras sobre os créditos extemporâneos que totalizaram R\$ 15,9 milhões (R\$ 2,0 milhões no 1T20).

TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO

No 1T21, a Companhia constituiu crédito de impostos diferidos sobre base de cálculo de tributos negativa, decorrente, principalmente, da exclusão dos incentivos fiscais estaduais que não são tributados para fins de IRPJ e CSLL, ganhos com operações de swaps ainda não liquidadas e dedução da participação dos lucros relativa ao ano 2020, paga em março/21.

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	1T21	1T20	AH% 1T20-1T21
IRPJ e CSLL	(27,9)	25,8	n/a
Incentivo Fiscal - IRPJ	-	-	n/a
TOTAL	(27,9)	25,8	n/a

ÁGIO

A partir de 2020, em razão da incorporação da Piraquê aprovada em 27 de dezembro de 2019, a Companhia iniciou a amortização fiscal do ágio apurado na operação de aquisição, que atualmente está representado pelo valor de R\$ 163,6 milhões, cuja amortização se dará em um prazo mínimo de cinco anos. Esse valor considera a parcela do preço de aquisição efetivamente paga até então (valor de aquisição de R\$ 1,5 bilhão, deduzido da parcela retida do preço de aquisição em R\$ 132,5 milhões e parcela contingente de preço de 65,5 milhões não liquidada), contudo, estima-se o aproveitamento total do ágio da operação no valor de R\$ 361,6 milhões.

No 1T21, foi reconhecido benefício fiscal decorrente da amortização no montante de R\$ 2,8 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

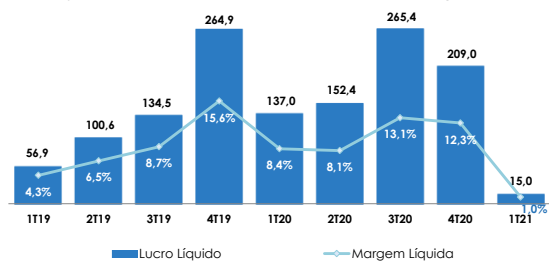
EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T21	1T20	Variação	4T20	Variação
Lucro Líquido	15,0	137,0	-89,1%	209,0	-92,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27,9)	25,8	n/a	(30,5)	-8,5%
Incentivo de IRPJ	-	-	n/a	2,8	-100,0%
Receitas Financeiras	(45,4)	(18,5)	n/a	(197,6)	-77,0%
Despesas Financeiras	39,3	22,4	75,4%	140,5	-72,0%
Depreciação e Amortização sobre CPV	42,4	42,8	-0,9%	45,9	-7,6%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	24,0	19,0	26,3%	22,1	8,6%
Ebitda	47,4	228,5	-79,3%	192,2	-75,3%
Margem Ebitda	3,2%	14,0%	-10,8 p.p	11,3%	-8,1 p.p

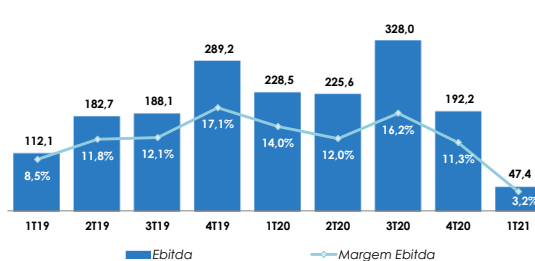
EBITDA A PARTIR DA RECEITA LÍQUIDA

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	1T21	1T20	Variação	4T20	Variação
Receita Líquida	1.491,1	1.636,7	-8,9%	1.701,6	-12,4%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(1.167,7)	(1.088,8)	7,2%	(1.308,3)	-10,7%
Depreciação e Amortização sobre CPV	42,4	42,8	-0,9%	45,9	-7,6%
Subvenções para Investimentos Estaduais	76,6	76,8	-0,3%	93,9	-18,4%
Despesas Operacionais	(417,8)	(457,2)	-8,6%	(361,4)	15,6%
Equivalência patrimonial	(1,2)	(0,8)	50,0%	(1,6)	-25,0%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	24,0	19,0	26,3%	22,1	8,6%
Ebitda	47,4	228,5	-79,3%	192,2	-75,3%
Margem Ebitda	3,2%	14,0%	-10,8 p.p	11,3%	-8,1 p.p

Evolução histórica - Lucro líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida



Evolução histórica - Ebitda (em R\$ milhões) e Margem Ebitda



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CAPITALIZAÇÃO, DÍVIDA E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	31/03/2021	31/03/2020	Variação	Indicadores Financeiros	31/03/2021	31/03/2020	Variação
Caixa	1.671,8	794,8	110,3%	Caixa (Dívida) Líquido / Ebitda (últ. 12 meses)	(0,5)	(0,7)	-28,6%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	16,4	16,4	0,0%	Caixa (Dívida) Líquido / PL	-5,8%	-10,8%	5 p.p
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	2,5	3,7	-32,4%	Endividamento / Ativo Total	20,4%	17,7%	2,7 p.p
Endividamento Total	(2.126,7)	(1.567,3)	35,7%				
(-) Curto Prazo	(501,7)	(1.201,1)	-58,2%				
(-) Longo Prazo	(1.625,0)	(366,2)	n/a				
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	51,1	91,7	-44,3%				
(=) Caixa Líquido (Dívida Líquida)	(384,9)	(660,7)	-41,7%				
Patrimônio Líquido	6.678,9	6.129,1	9,0%				
Capitalização	8.805,6	7.696,4	14,4%				

Encerramos março de 2021 com um caixa e equivalentes de R\$ 1,7 bilhão (R\$ 0,8 bilhão no 1T20). A alavancagem (dívida líquida pelo EBITDA últimos 12 meses) foi de 0,5x no 1T21, menor que o registrado no mesmo período do ano anterior (0,7x).

Com a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) de título verde (R\$ 811,6 milhões), classificada com Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA' pela Fitch Rating, mudamos o perfil da dívida, passamos a possuir maior parte da dívida registrada no longo prazo, 76,4% (no 1T20, 23,4%).

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	31/03/2021	AV%	31/03/2020	AV%	AH%
Moeda Nacional			1.428,3	67,2%	512,3	32,7%	178,8%
BNDES - FINAME	TJLP	2,17%	13,2	0,6%	17,3	1,1%	-23,7%
BNDES - PSI	R\$	2,99% (2,98% em 31/03/20)	66,0	3,1%	97,2	6,2%	-32,1%
BNDES - FINEM	IPCA	8,63% (8,65% em 31/03/20)	41,0	1,9%	51,2	3,3%	-19,9%
BNDES - PROGEREN	IPCA	6,28%	41,8	2,0%	59,4	3,8%	-29,6%
FINIMP	100% CDI	3,80%	64,9	3,1%	37,0	2,4%	75,4%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	100% TJLP	-	10,4	0,5%	9,6	0,6%	8,3%
Capital de Giro	100% CDI	1,30%	202,4	9,5%	-	0,0%	n/a
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	3,9	0,2%	2,2	0,1%	77,3%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	8,4	0,4%	5,0	0,3%	68,0%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	0,7	0,0%	-	0,0%	n/a
Instrumento de Cessão de Quotas da Piraquê S.A	100% CDI	-	206,7	9,7%	233,4	14,9%	-11,4%
Debêntures	IPCA	3,80% e 4,14%	768,9	36,2%	-	0,0%	n/a
Moeda Estrangeira			698,4	32,8%	1.055,0	67,3%	-33,8%
Financ. de Importação Insumos - FINIMP e Capital de Giro - Lei 4.13	USD	1,90%	698,4	32,8%	885,6	56,5%	-21,1%
Capital de Giro - Lei 4.131	EUR	0,18% em 31/03/20	-	0,0%	169,4	10,8%	-100,0%
TOTAL			2.126,7	100,0%	1.567,3	100,0%	35,7%

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía cinco contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (FINIMP) e de capital de giro, quatro com vencimentos em abril de 2021 e um com vencimento em 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,27% e na ponta passiva paga, em média, 176,97% do CDI. Os valores de referência (nacional) totalizaram R\$ 621.410 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 38.174.

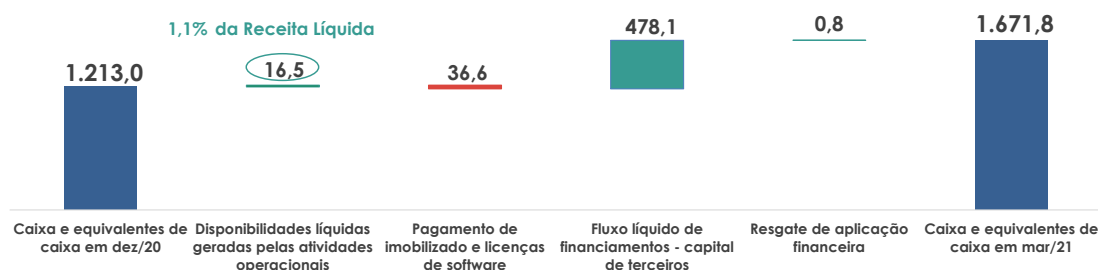
Para proteção das emissões das debêntures, em 31 de março de 2021, a Companhia possuía dezoito contratos vigentes de operações de swap, com vencimentos, até 17 de março de 2031, em que na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais 4,02% e na ponta passiva paga, em média, 133,56% do CDI. Os valores de referência (nacional) totalizaram R\$ 405.822 e o valor justo bruto a pagar desses instrumentos derivativos em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 4.950. O valor das debêntures estava, na data em questão, representado por um montante de R\$ 768.896, já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 44.966.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



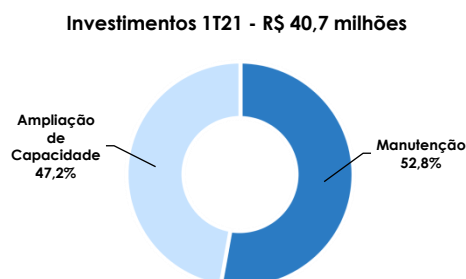
As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais totalizaram R\$ 16,5 milhões e as decorrentes de financiamentos (capital de terceiros) alcançaram o valor de R\$ 478,1 milhões, contribuindo para o resultado de caixa e equivalentes registrado no 1T21, como demonstrado a seguir.

R\$ Milhões



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	1T21	1T20	Variação
Instalações	4,4	7,7	-42,9%
Máquinas e Equipamentos	20,7	31,6	-34,5%
Obras Civas	10,1	10,1	0,0%
Veículos	-	0,3	-100,0%
Computadores e Periféricos	0,8	0,6	33,3%
Móveis e utensílios	1,7	2,7	-37,0%
Terrenos	-	0,9	-100,0%
Licença de Uso de Software	2,8	1,4	100,0%
Outros	0,2	1,0	-80,0%
Total	40,7	56,3	-27,7%



Os investimentos totalizaram R\$ 40,7 milhões no 1T21 (R\$ 56,3 milhões no 1T20), distribuídos entre expansão e manutenção. Dentre os itens que compuseram os gastos com investimentos ao longo do ano, destacam-se: (i) aquisição de equipamentos para a unidade em Bento Gonçalves (RS); (ii) investimento em *software* de gestão na unidade de Salvador (BA); (iii) adequação e aquisição de máquinas e equipamento na unidade de Natal (RN); (iv) adequação do CD da unidade do Rio de Janeiro (RJ); (v) abertura do CD em Vitória da Conquista (BA).

Durante o primeiro trimestre de 2021, foram investidos R\$ 2,9 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

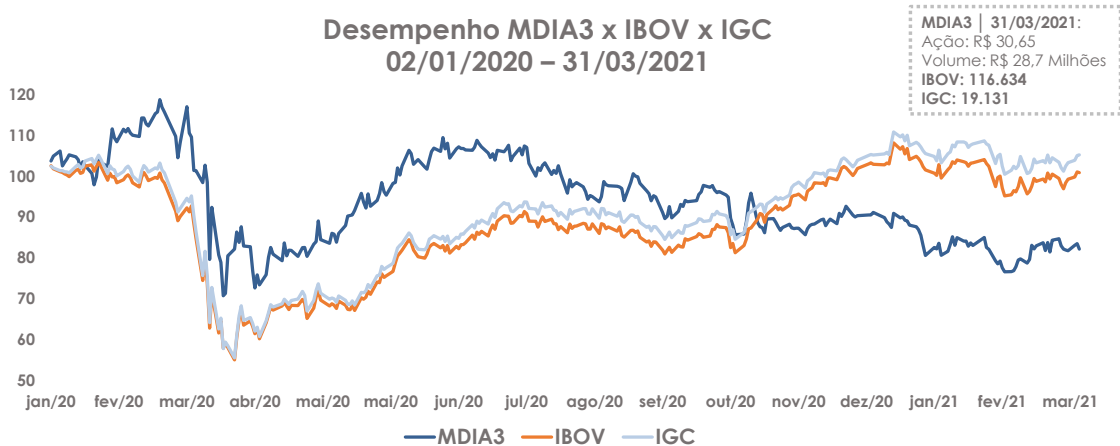
A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas às Informações financeiras intermediárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia negocia suas ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), com o código MDIA3, listadas no segmento do Novo Mercado. Em **31 de março de 2021**, havia 83.530.822 ações em circulação no mercado, representando 24,6% do capital total da Companhia, cotadas a **R\$ 30,65** cada, totalizando **R\$ 2.560,2 milhões**. O número médio de negócios com as ações MDIA3 no 1T21 foi de 5.827 (8.831 no 1T20) e o valor financeiro médio diário de negócios foi de R\$ 34,4 milhões no 1T21 (R\$ 63,4 milhões no 1T20).



PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Aprovação das Informações Trimestrais

Na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 07 de maio de 2021, foram aprovadas: (i) as Informações Trimestrais – ITR relativas ao período encerrado em 31 de março de 2021; e (ii) outras disposições.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foram aprovados, por maioria dos votos (i) o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) a destinação do lucro líquido do exercício de 2020, conforme proposta do Conselho de Administração em reunião realizada em 26/03/2021; (iii) propostas de (a) alteração do valor da remuneração global da administração para o exercício de 2020 e (b) remuneração global da administração da Companhia para o exercício de 2021; (iv) Proposta de Plano de Remuneração Baseado em Ações (Programa de Incentivo de Longo Prazo – Outorga de Ações Restritas), para o ciclo 2021 a 2024; e (v) proposta de alteração dos seguintes dispositivos do Estatuto Social: (a) alteração da redação do §2º, do artigo 9º, que dispõe sobre normas gerais da administração; (b) alteração da redação do caput e do §4º, do artigo 10, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração; (c) alteração da redação da alínea “xiv”, do artigo 14, que dispõe sobre as atribuições do Conselho de Administração; (d) atualização do valor do capital social previsto no caput do artigo 5º.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Captação de R\$ 811,6 milhões por meio de CRAs classificados como Títulos Verdes

A iniciativa, que demonstra o compromisso da Companhia com políticas ESG, captou R\$ 811.644.000,00. Os recursos serão utilizados para promoção e estímulo do desenvolvimento agrícola sustentável, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos fornecidos aos consumidores.

DESTAQUES SOCIOAMBIENTAIS



A M. Dias Branco desenvolve ações para honrar seu compromisso com a Sustentabilidade por meio da atuação de Grupos de Trabalho (GTs), voltados para o fortalecimento de práticas sustentáveis nas diversas dimensões do negócio.

Quanto à gestão ambiental, com a atuação de área técnica especialmente dedicada ao tema, a empresa adota práticas para minimização de seus principais aspectos ambientais relacionados ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos. Na sequência, são apresentados os resultados do primeiro trimestre de 2021 (1T21) em comparação ao mesmo período de 2020, levando em conta todas as Unidades Industriais da M. Dias Branco.

Análise dos Indicadores

Indicadores	1T21	1T20	Variação
Intensidade energética (Kwh/ton)	193,0	171,7	12,4%
Consumo de água (m³/ton)	0,50	0,38	31,6%
Índice de Reciclagem de Resíduos (%)	89,6	84,5	+5,1p.p.
Geração de Resíduos Sólidos (Kg/Ton)	14,5	11,7	24,7%
Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho	0,7	0,7	0,0

Intensidade energética ODS 7 e 12

Aumento de 12,4% no 1T21 vs 1T20, fruto de paradas e reinícios de linha.

Consumo de água ODS 6, 9 e 12

No 1T21, em comparação com o 1T20, aumento de 31,6% no consumo relativo de água, fruto, principalmente, da retração dos volumes produzidos. Como ações voltadas para a redução do consumo de água, times de melhorias serão implantados em unidades chave da Companhia.

Índice de Reciclagem de Resíduos ODS 9 e 12

Avanço de 5,1p.p. no 1T21 em comparação ao 1T20, resultado dos constantes esforços na busca e implantação de alternativas mais sustentáveis para a destinação de resíduos, como reciclagem, compostagem e reutilização, diminuindo o envio de resíduos para aterros.

Geração de Resíduos Sólidos ODS 9 e 12

Reflexo do baixo volume produzido, o indicador apresentou um aumento de 24,7%. A exemplo do consumo de água, serão implantados times de melhorias para atuação em unidades chave.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Taxa de frequência de acidentes de trabalho ODS 3 e 8

A taxa de frequência de acidentes de trabalho se manteve no patamar do 1T20, fruto das campanhas para reforço de percepção de risco entre os colaboradores, adequações de NR12³, campanhas de trânsito seguro e incentivo de registro de alertas de segurança, entre outras.

Outras iniciativas e realizações

- ✓ Divulgação do Relatório Anual Integrado, com base nos métodos preconizados pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), conferindo transparência à forma como a organização aloca seus capitais para geração de valor, e pela *Global Reporting Initiative* (GRI); **ODS 12**
- ✓ Início do Projeto de Revisão da Agenda Estratégica de Sustentabilidade; **ODS 12 e 16**
- ✓ Até março de 2021 já doamos mais de 1.800 toneladas de alimentos; **ODS 1, 2 e 10**
- ✓ Abertura das inscrições do Programa de Estágio M. Dias Branco – Future One. Buscando candidatos para atuação em Tecnologia da Informação e Performance Industrial, a seleção é composta por testes e entrevistas on-line, games, apresentação de *business case* e entrevista final com o gestor da área; **ODS 8**

Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso de alinhar cada vez mais nossas estratégias e operações aos dez princípios universais que contribuem para o enfrentamento dos desafios da sociedade. Realizamos, no último ano, uma análise das conexões do negócio com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando a maneira que impactamos cada um deles. Na sequência, destacam-se os ODS priorizados pela Companhia.



Acreditamos que por meio dessas ações construiremos uma cultura de sustentabilidade que, ao longo do tempo, tornará os aspectos sociais e ambientais mais integrados ao processo decisório e à geração de valor da Companhia.

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes, que foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e revisar as informações intermediárias individuais e consolidadas relativas aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do respectivo exercício, e não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram auditadas pelos auditores independentes.

³ Norma regulamentadora que trata de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado (MDIA3), integrando a carteira de Índice Brasil – IbrX; Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE; Índice de Carbono Eficiente – ICO2; dentre outras. Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Cinco de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

A Companhia possui quatorze unidades de produção, sendo oito situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), quatro localizadas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam sete moinhos de trigo, nove fábricas de massas alimentícias, nove fábricas de biscoitos, duas fábricas de gorduras e margarinas vegetais, uma fábrica de *snacks* e bolos, uma fábrica de mistura para bolos e uma fábrica de torradas. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui trinta e oito centros de distribuição destinados à armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, e Sergipe.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Aldente, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Finna, Isabela, Pelágio, Pilar, Piraquê, Predileto, Richester, Salsito, Treloso, Vitarella e Zabet.

2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde a classificação do surto de COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, a Companhia vem adequando suas atividades às restrições de contenção do vírus, bem como mapeando seus reflexos nos seus negócios.

A produção, comercialização e distribuição de alimentos são considerados serviços essenciais pelo Poder Público, assim, a Companhia conseguiu manter o desenvolvimento de suas atividades e o abastecimento de seus produtos no mercado, garantindo as condições necessárias para a preservação da saúde dos seus profissionais, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde e as determinações dos órgãos governamentais.

Logo no início da pandemia, a Companhia constituiu um comitê de crise formado por gestores das mais variadas áreas para, de forma mais ágil, tratar e encaminhar as ações que estão sendo tomadas pela Companhia, tendo como principais frentes: (i) gestão de pessoas; (ii) gestão de clientes e marcas; (iii) gestão da cadeia de suprimentos; e, (iv) gestão financeira, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 27 de março de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Com o agravamento da pandemia nos primeiros meses de 2021, a Companhia retomou as medidas mais restritivas, sempre atenta às determinações governamentais. Destaca-se:

- Acompanhamento sistemático de relatórios diários sobre o número de colaboradores afastados pela COVID-19;
- Adoção de protocolos de higiene e distanciamento para profissionais e terceirizados;
- A intensificação da higienização dos ambientes, reorganização dos espaços e delimitação de distância entre as pessoas;
- Instalação de barreiras físicas, disponibilização de máscaras, álcool em gel, medição de temperatura e vacinas H1N1;
- Novas campanhas internas de conscientização, disponibilização de canais de comunicação exclusivos com as equipes de medicina do trabalho 24 horas por dia;
- Prorrogação do teletrabalho (home office) para os profissionais com atividades aderentes a esse modelo;
- Investimento em ferramentas tecnológicas de comunicação e trabalho colaborativo;
- Restrição de viagens e de participação em eventos presenciais;
- Ampliação do atendimento psicológico e suporte à saúde mental dos profissionais;
- Intensificação de treinamentos e eventos online;
- Programação on-line de incentivo à saúde (ginástica laboral, por exemplo) e de eventos culturais;
- Canais de denúncias para possíveis descumprimentos dos protocolos de higiene e distanciamento social; e
- Disponibilização de computadores e de cadeiras ergonômicas.

Além das ações supracitadas, foi implantado um sistema on-line para preenchimento diário dos profissionais, levantando informações sobre o bem-estar e os riscos de contaminação que servem de base para a tomada de decisão sobre o enfrentamento da pandemia.

Para a manutenção das nossas atividades, a Companhia mantém o acompanhamento intensificado para garantir o atendimento aos clientes e continuidade de toda cadeia de suprimentos. Além disso, adaptou seu planejamento de produção e fortalecimento/desenvolvimento de novos canais de distribuição como o varejo on-line; bem como adotou medidas para preservação e potencialização do caixa da empresa, de forma a manter sua reconhecida solidez financeira.

As ações sociais da Companhia se intensificaram durante a pandemia, especialmente na doação de alimentos às populações carentes. No primeiro trimestre de 2021, a Companhia doou R\$ 10,5 milhões em alimentos, o equivalente a 1.851 toneladas. Desde o ano passado, são cerca de R\$ 28 milhões e mais de 5.000 toneladas de massas, biscoitos, farinhas e margarinas doadas a mais de 150 instituições em 17 estados brasileiros, minimizando os impactos da pandemia junto à população mais vulnerável.

O comitê se mantém ativo e atento para garantir que as decisões da Companhia estejam constantemente atualizadas de acordo com as decisões judiciais, administrativas, legislativas e regulatórias em vigor.

Em 2020 os gastos extraordinários decorrentes da COVID-19 totalizou o montante de R\$ 44.446 e em 31 de março de 2021 totalizou R\$ 8.150.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



A Companhia esclarece que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis críticas adotadas.

3. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas conforme CPC 21 – Demonstração intermediária e também de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas informações financeiras intermediárias foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de maio de 2021.

a) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

b) Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem:

- Perdas para redução do valor recuperável de contas a receber - Nota Explicativa nº 6, estoques - Nota Explicativa nº 7 e intangíveis com vida útil indefinida - Nota Explicativa nº 12;
- Mensuração e reconhecimento de créditos tributários - Nota Explicativa nº 8;
- Valor residual do ativo imobilizado - Nota Explicativa nº 11;
- Arrendamentos - Nota Explicativa nº 13;
- Provisão para litígios e demandas judiciais - Nota Explicativa nº 22;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota Explicativa nº 23;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros - Nota Explicativa nº 17;
- Plano de remuneração baseado em ações - Nota Explicativa nº 25.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

i. Controladas

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Descrição	Proporção de participação			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (a)	100,00	-	100,00	-

(a) Investimentos no exterior;

Características das principais controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

M. Dias Branco Argentina S. A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



ii. Controladas em conjunto

As operações controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Operação em conjunto

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda ("Tergran")

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como *joint operation*, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas informações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Empreendimento controlado em conjunto

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas informações financeiras intermediárias individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. iniciou as suas operações em 08 de janeiro de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



b) Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as variações de moeda são registradas na demonstração do resultado, exceto aquelas decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio que são registradas no patrimônio líquido.

ii. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classifica seus ativos como: custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia deve avaliar se existe prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sujeito a perda no valor recuperável e, conseqüentemente, contabilizar a perda estimada do ativo. Para o registro das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa a Companhia adota um modelo de *impairment*, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido e no momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia avalia a cada período de reporte as perdas esperadas e incorridas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados por meio de outros resultados abrangentes. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração revisa a cada data de balanço, o valor contábil líquido dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

Para diretoria não estatutária existe, ainda, um plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 25, extensivo aos diretores estatutários celetistas.

e) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

f) Segmento de negócios

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

g) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Adoção da contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

Em julho de 2020, a Companhia iniciou a adoção da contabilidade de *hedge*, nos termos dos CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação dos preços de *commodities* e de câmbio em suas operações. A relação de proteção enquadra-se como *hedge* de fluxo de caixa, o que consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Nessa categoria de *hedge*, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica “Ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa”, e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto.

Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica “efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa.”

A contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de *hedge* não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação do *hedge accounting* ocorrem quando: i) nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia. Nesse caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado); ii) o instrumento de *hedge* é encerrado. Nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido; iii) não existir a relação de *hedge* devido à alteração do objetivo da gestão de risco e iv) não existir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido ou o efeito do risco de crédito comece a predominar na relação de *hedge*.

Caso ocorra a descontinuação do *hedge accounting* de acordo com os itens iii e iv, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de *hedge* semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidas para o resultado financeiro.

A Companhia verifica a efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos a cada fechamento trimestral e anual ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

Os efeitos da contabilidade de *hedge* estão demonstrados na Nota Explicativa nº 17.

h) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2021

Não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	9.382	4.519	9.391	4.527
Aplicações financeiras em renda fixa	1.662.275	1.208.354	1.662.455	1.208.480
Total	1.671.657	1.212.873	1.671.846	1.213.007

O saldo das aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de março de 2021, refere-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 103,60%, (102,91% em 31 de dezembro de 2020). Essas aplicações são mantidas para negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, são avaliadas pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas estimadas, e estão apresentados da seguinte forma:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
No país	838.477	966.899	838.550	967.050
No exterior	78.396	69.079	78.396	69.079
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(63.721)	(76.071)	(63.721)	(76.071)
Total	853.152	959.907	853.225	960.058

Aging list Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	804.030	910.040	804.103	910.191
Vencidas	112.843	125.938	112.843	125.938
1 a 30 dias	21.886	31.016	21.886	31.016
31 a 60 dias	9.191	7.800	9.191	7.800
61 a 90 dias	5.964	10.684	5.964	10.684
91 a 180 dias	10.198	8.484	10.198	8.484
181 a 360 dias	11.828	15.694	11.828	15.694
mais de 360 dias	53.776	52.260	53.776	52.260
Subtotal	916.873	1.035.978	916.946	1.036.129
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(63.721)	(76.071)	(63.721)	(76.071)
Contas a receber	853.152	959.907	853.225	960.058

A Companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e do montante considerado incobrável relacionado a esse período. Do resultado apurado, levantam-se as taxas de inadimplência por "faixa" de recebimento que são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de clientes.

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	81.884
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	22.952
Baixas	(28.765)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.071
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício ⁽¹⁾	(7.032)
Baixas	(5.318)
Saldo em 31 de março de 2021	63.721

⁽¹⁾Refere-se, principalmente, a reversão de perdas estimadas em virtude de execução de garantia hipotecária de cliente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



7. Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Os saldos dos estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Produtos acabados	342.147	301.043	342.147	301.043
Produtos em elaboração	47.976	36.554	47.976	36.554
Matérias-primas	735.725	494.788	735.725	494.788
Materiais de embalagens e almoxarifado	245.785	223.522	245.785	223.522
Materiais auxiliares e de manutenção	64.501	69.644	64.525	69.668
Importações em andamento ⁽¹⁾	9.360	90.467	9.360	90.467
Adiantamentos a fornecedores	132	43	132	43
Total	1.445.626	1.216.061	1.445.650	1.216.085

⁽¹⁾ Referem-se à importação de trigo e óleo.

A Companhia tem como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias. Em 31 de março de 2021, a Companhia mantinha perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$ 7.599 (R\$ 11.577 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.533
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas	8.545
Baixas	(5.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.577
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas	736
Baixas	(4.714)
Saldo em 31 de março de 2021	7.599

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



8. Tributos a recuperar

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído.

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
ICMS (i)	92.780	85.412	92.780	85.412
Imposto de renda e contribuição social (ii)	44.869	44.232	44.869	44.232
PIS e Cofins (iii)	470.043	488.478	470.043	488.478
Imposto de renda retido na fonte	25.366	6.773	25.368	6.775
IRPJ – crédito do PAT (iv)	8.169	8.136	8.169	8.136
IOF Créditos Extemporâneo	3.994	3.991	3.994	3.991
INSS (v)	58.487	40.568	58.487	40.568
Crédito extemporâneo- PIS e Cofins (vi)	11.222	11.196	11.222	11.196
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	63.918	-	63.918	-
Outros	1.847	3.109	1.851	3.113
Total	780.695	691.895	780.701	691.901
Circulante	407.225	398.887	407.231	398.893
Não circulante	373.470	293.008	373.470	293.008

Destacam-se as principais origens dos tributos a recuperar:

- (i) ICMS: tratam-se substancialmente de créditos de aquisição de ativo imobilizado e ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo, líquidos de perdas estimadas por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 38.631 (R\$ 38.631 em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de ajuste anual da declaração de imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL 1992 - Indébito transitado em julgado;
- (iii) PIS e Cofins, em virtude de pagamento a maior, de créditos sobre aquisições de insumos e créditos extemporâneos decorrentes de ações judiciais ou administrativas, com destaque para as ações de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, no montante de R\$ 417.273 (R\$ 420.881 em 31 de dezembro de 2020);
- (iv) Crédito de IRPJ relativo ao incentivo do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- (v) Crédito INSS decorrente de trânsito em julgado parcial de ação judicial (aviso prévio indenizado e 1/3 de férias), no montante de R\$ 40.701 e ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre o faturamento, no valor de R\$ 17.786 (2013 a 2015); e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



- (vi) Crédito extemporâneo de PIS e Cofins decorrentes de ações judiciais sobre às exportações elegíveis ao reintegra, conforme Decreto 8.415/15 dos anos de 2012 a 2019.

PIS e COFINS – Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Em fevereiro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial nº 1.221.170/PR, ampliou o conceito de insumos para o aproveitamento de créditos do PIS e da COFINS que até então era amplamente discutido e controverso. Diante desse entendimento, a Companhia, com base em pareceres jurídicos e laudos técnicos, aferiu a essencialidade e a relevância na sua cadeia produtiva de determinadas despesas, especialmente as relativas com marketing e frete de transferência de produto acabado, reconhecendo no exercício de 2020 créditos extemporâneos dos últimos 5 anos no montante de R\$ 83.049. Adicionalmente, no trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes às despesas com marketing no montante de R\$ 4.148.

No tocante ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia possui nove ações judiciais transitadas em julgado, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, das quais três foram ajuizadas por M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e as demais por empresas já incorporadas.

Em 2019, a Companhia iniciou o procedimento para mensuração e reconhecimento dos respectivos créditos e destacou, em suas demonstrações financeiras, as dificuldades no processo de levantamento de informações, em especial, quanto aos períodos anteriores a 2004, visto que ainda não havia identificado a documentação física que suportasse tal levantamento em sua plenitude, em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, mas que estaria buscando mecanismos alternativos para mensuração dos valores em tais períodos, baseado no levantamento e inspeção de documentações físicas.

Além disso, destacou a existência de diversos eventos societários (incorporação das empresas Adria, Vitarella, Pelágio, Santa Lúcia e Piraquê) e alterações significativas da legislação relacionada às suas operações (Ato COTEPE n.º 28/11, 53,11, Protocolos ICMS n.º 184/09, 81/10, 86/10, dentre outros), fatores que demandariam análises mais complexas para a apuração total dos valores.

Nesse contexto, a Companhia reconheceu, preliminarmente, no ano de 2019, o montante de R\$ 174.351 atualizados pela Selic, com base no ICMS efetivamente recolhido, por entender que, até aquele momento, considerando a documentação disponível que possuía, esse era o valor passível de recuperação com base na sua melhor estimativa. Na oportunidade, informou, em suas demonstrações financeiras daquele ano, que seguiria com o processo de levantamento dos créditos de acordo com a metodologia estabelecida no julgamento do leading case pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, em 2020, a Companhia concluiu o processo de refinamento da metodologia e de levantamento de créditos adicionais de acordo com as premissas do Supremo Tribunal Federal e reconheceu o montante de R\$ 368.833, atualizado pela Selic.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Dando continuidade ao levantamento dos créditos, no trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 24.264, atualizado pela Selic, sendo que R\$ 2.016 serão reembolsados aos antigos sócios das empresas adquiridas/incorporadas.

Restam, ainda, períodos pendentes de reconhecimento em razão de não ter sido possível localizar na integralidade a documentação física que suporte o levantamento ou em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, principalmente em relação ao período anterior a 2004. Entretanto, a Companhia segue em busca de mecanismos alternativos para mensuração completa dos valores envolvidos.

Abaixo, segue demonstrativo dos períodos pendentes de reconhecimento:

Empresa/ N° Processo	Período do crédito pendente de reconhecimento
M. Dias Branco S.A Ind. e Com. de Alimentos / 2000.81.00.010313-1	1990 a 1999
NPAP Alimentos S.A./ 2007.83.00.014726-1	2002 A 2012
Moinho Santa Lúcia /2008.81.00.004326-1	2003 a 2007 -2009
Pelágio Oliveira S.A /0011868-02.2007.4.05.810	2002
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A / 2006.51.01.019578-6	2001 A 2017

Ressalte-se que os créditos decorrentes das ações ajuizadas pelas empresas incorporadas, relativo ao período anterior à data de aquisição, serão objeto de reembolso aos antigos sócios quando da utilização, por se constituírem parcela contingente do preço de aquisição.

A Companhia destaca que já realizou os pedidos parciais de habilitação referentes aos processos judiciais de números 0007508-19.2010.4.05.8100 (período parcial 2009 a 2014) e 08037981120174.05.8100 (período 2015 a Julho de 2019), os quais foram deferidos pela Receita Federal, assim como, já iniciou as respectivas compensações. Destaca, ainda, que após declaração de institucionalidade proferida pelo STF, mudou a prática de reconhecimento dos referidos créditos, passando a utilizá-los de forma contemporânea nas respectivas apurações, o que representou em crédito adicional de R\$ 74.035 (2018 a 2020).

Por fim, a Companhia informa que seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos, e estima finalizar o levantamento e respectivos registros até 30 de junho de 2021.

O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	31/03/2021
2022	294.874
2023	66.386
2024	2.194
2025	788
2026 em diante	9.228
Total	373.470

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



9. Investimentos

Nas informações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

a) Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	47.639	48.983	45.192	46.401
Adiantamento para subscrição de capital	1.879	1.879	-	-
Outros	888	888	888	888
Total	50.406	51.750	46.080	47.289

b) Movimentação dos investimentos em controladas

Detalhamento da movimentação	Controladora						Consolidado		
	Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	M. Dias Branco Argentina S. A.	M. Dias Branco International Trading LLC	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Outros	Total	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.119	1	131	51.985	888	57.124	51.985	888	52.873
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	9	-	-	(5.584)	-	(5.575)	(5.584)	-	(5.584)
Variação cambial	-	-	38	-	-	38	-	-	-
Adiantamento de Subscrição de Capital	163	-	-	-	-	163	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.291	1	169	46.401	888	51.750	46.401	888	47.289
Equivalência patrimonial ⁽¹⁾	(151)	-	-	(1.209)	-	(1.360)	(1.209)	-	(1.209)
Variação cambial	-	-	16	-	-	16	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	4.140	1	185	45.192	888	50.406	45.192	888	46.080

⁽¹⁾ A equivalência patrimonial registrada no exercício de 2020 totalizou R\$ (5.575) e R\$ (1.360) no primeiro trimestre de 2021.

10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A taxa de depreciação ponderada que expressa o tempo de vida útil dos bens classificados como propriedades para investimento é de 4,60% em 31 de março de 2021 (4,60% em 31 de dezembro de 2020).

a) Movimentação de propriedades para investimento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.260	36.965	55.225
Reclassificação	(453)	453	-
Depreciação	(612)	-	(612)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.195	37.418	54.613
Depreciação	(120)	-	(120)
Saldo em 31 de março de 2021	17.075	37.418	54.493

As propriedades para investimento contemplam seis imóveis localizados na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor justo de tais imóveis está representado pelo montante de R\$ 121.056, com base em laudos de avaliação emitidos por avaliadores externos.

11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas.

Descrição	Taxa de depreciação % (a.a)	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Edificações	1,80	1,80
Máquinas e equipamentos	6,14	6,14
Móveis e utensílios	9,60	9,57
Veículos	6,82	6,88
Instalações	5,43	5,47
Direito de uso ⁽¹⁾	14,79	14,79
Outros	5,24	4,98

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Movimentação do imobilizado

Controladora

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.345.291	2.819.174	103.137	99.735	390.278	341.021	294.573	5.393.209
Adições	1.308	9.841	2.138	254	475	191.586	3.955	209.557
Apropriação de créditos tributários	(815)	(5.586)	-	-	(210)	-	(2)	(6.613)
Direito de uso ⁽¹⁾	27.306	62.714	-	17.805	-	-	4.866	112.691
Baixas	(1)	(1.989)	(433)	(2.516)	1	-	(231)	(5.169)
Transferências	14.152	112.716	3.572	1	21.252	(155.461)	3.768	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	(209)	153	-	(287)	308	5	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.387.241	2.996.661	108.567	115.279	411.509	377.454	306.934	5.703.645
Adições	599	988	462	24	12	35.439	425	37.949
Apropriação de créditos tributários	(1.936)	(1.921)	(1)	-	(345)	(4)	(56)	(4.263)
Direito de uso	19.540	726	-	4.674	-	-	847	25.787
Baixas	-	(12)	(21)	-	-	-	-	(33)
Transferências	25.485	54.709	900	-	10.254	(101.537)	10.189	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(792)	(1)	(793)
Saldo em 31 de março de 2021	1.430.929	3.051.151	109.907	119.977	421.430	310.560	318.338	5.762.292
⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13; ⁽²⁾ Reclassificação do intangível para o imobilizado de R\$ 30 no exercício de 202 e R\$ 793 no primeiro trimestre de 2021.								
Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(253.865)	(1.409.723)	(67.966)	(54.970)	(160.975)	-	(96.520)	(2.044.019)
Depreciação	(22.649)	(151.481)	(6.670)	(2.698)	(20.825)	-	(9.186)	(213.509)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(14.524)	(4.905)	-	(11.903)	-	-	(1.941)	(33.273)
Baixas	1	921	191	2.434	-	-	-	3.547
Transferências	3.084	(3.004)	(166)	(116)	28	-	174	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	16	(153)	-	287	-	(2)	148
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(287.953)	(1.568.176)	(74.764)	(67.253)	(181.485)	-	(107.475)	(2.287.106)
Depreciação	(5.747)	(37.645)	(1.560)	(606)	(5.221)	-	(2.357)	(53.136)
Amortização direito de uso	(5.146)	(2.253)	-	(3.624)	-	-	(332)	(11.355)
Baixas	-	10	18	-	-	-	-	28
Transferências	-	(5)	4	-	-	-	1	-
Reclassificação ⁽²⁾	267	-	84	-	-	-	(343)	8
Saldo em 31 de março de 2021	(298.579)	(1.608.069)	(76.218)	(71.483)	(186.706)	-	(110.506)	(2.351.561)
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.099.288	1.428.485	33.803	48.026	230.024	377.454	199.459	3.416.539
Saldo em 31 de março de 2021	1.132.350	1.443.082	33.689	48.494	234.724	310.560	207.832	3.410.731
⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13. ⁽²⁾ Reclassificação do intangível para o imobilizado de R\$ 148 no exercício de 2020.								

Em 31 de março de 2021, o saldo de R\$ 207,832, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R\$ 148.634), benfeitorias (R\$ 34.101), computadores e periféricos (R\$ 17.389), e outras imobilizações (R\$ 7.708).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**Consolidado**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.349.350	2.821.915	103.213	99.735	391.037	341.021	294.816	5.401.087
Adições	1.352	10.143	2.138	254	879	191.586	3.962	210.314
Apropriação de créditos tributários	(815)	(5.586)	-	-	(210)	-	(2)	(6.613)
Direito de uso ⁽¹⁾	27.306	62.714	-	17.805	-	-	4.866	112.691
Baixas	(1)	(1.989)	(433)	(2.516)	1	-	(231)	(5.169)
Transferências	14.152	112.716	3.572	1	21.252	(155.461)	3.768	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	(209)	153	-	(287)	308	5	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.391.344	2.999.704	108.643	115.279	412.672	377.454	307.184	5.712.280
Adições	601	988	462	24	61	35.439	463	38.038
Apropriação de créditos tributários	(1.936)	(1.921)	(1)	-	(345)	(4)	(56)	(4.263)
Direito de uso ⁽¹⁾	19.540	726	-	4.674	-	-	847	25.787
Baixas	-	(12)	(21)	-	-	-	-	(33)
Transferências	25.485	54.709	900	-	10.254	(101.537)	10.189	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	-	-	-	-	(792)	(1)	(793)
Saldos em 31 de março de 2021	1.435.034	3.054.194	109.983	119.977	422.642	310.560	318.626	5.771.016

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13; ⁽²⁾ Reclassificação do intangível para o imobilizado de R\$ 30 no exercício de 2020 e R\$ 793 no primeiro trimestre de 2021.

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(256.458)	(1.412.081)	(68.016)	(54.969)	(161.299)	-	(96.654)	(2.049.477)
Depreciação	(22.843)	(151.491)	(6.674)	(2.699)	(20.901)	-	(9.223)	(213.831)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(14.524)	(4.905)	-	(11.903)	-	-	(1.941)	(33.273)
Baixas ¹	1	921	191	2.434	-	-	-	3.547
Transferências	3.084	(3.004)	(166)	(116)	28	-	174	-
Reclassificação ⁽²⁾	-	16	(153)	-	287	-	(2)	148
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(290.740)	(1.570.544)	(74.818)	(67.253)	(181.885)	-	(107.646)	(2.292.886)
Depreciação	(5.785)	(37.667)	(1.560)	(606)	(5.243)	-	(2.366)	(53.227)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(5.146)	(2.253)	-	(3.624)	-	-	(332)	(11.355)
Baixas	-	10	18	-	-	-	-	28
Transferências	-	(5)	4	-	-	-	1	-
Reclassificação	267	-	84	-	-	-	(343)	8
Saldos em 31 de março de 2021	(301.404)	(1.610.459)	(76.272)	(71.483)	(187.128)	-	(110.686)	(2.357.432)
Saldo líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.100.604	1.429.160	33.825	48.026	230.787	377.454	199.538	3.419.394
Saldo em 31 de março de 2021	1.133.630	1.443.735	33.711	48.494	235.514	310.560	207.940	3.413.584

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 13; ⁽²⁾ Reclassificação do intangível para o imobilizado de R\$ 148 no exercício de 2020.

Em 31 de março de 2021, o saldo de R\$ 207.940, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R\$ 148.634), benfeitorias (R\$ 34.101), computadores de periféricos (R\$ 17.496) e outras imobilizações (R\$ 7.709).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 31 de março de 2021 totalizou R\$ 60.918 (R\$ 56.021 em 31 de março de 2020).

b) Benfeitorias em imóveis de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris localizadas nas cidades de Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN). Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens, o saldo em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 34.101 (R\$ 34.948 em 31 de dezembro de 2020).

Segue detalhamento dos bens classificados como benfeitoria em imóveis de terceiros:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Benfeitoria em edificações	73.831	73.857
Depreciação acumulada	(39.730)	(38.909)
	34.101	34.948

c) Garantias

Em 31 de março de 2021, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas totalizava R\$ 664.195 (R\$ 664.005 em 31 de dezembro de 2020), sem considerar depreciações acumuladas.

d) Teste do valor recuperável dos ativos

O ativo imobilizado da Companhia é submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indicio de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

12. Intangível

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativos com vida útil definida		
Softwares em operação	82.690	82.345
(-) Amortização acumulada	(53.626)	(51.165)
	29.064	31.180
Softwares em andamento ⁽¹⁾	40.597	37.353
	69.661	68.533
Outros Intangíveis		
Relacionamento não contratual com clientes	185.921	185.921
Acordos de não competição	1.035	1.035
(-) Amortização acumulada	(35.152)	(32.132)
	151.804	154.824
Ativos com vida útil indefinida		
Marcas		
Vitarella	107.011	107.011
Pilar	33.815	33.815
Estrela, Pelágio e Salsito	75.559	75.559
Predilieto e Bonsabor	11.530	11.530
Piraquê e Aldente	318.510	318.510
Outras	5.170	5.170
	551.595	551.595
Ágio pago por rentabilidade futura		
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	34.037	34.037
Vitarella	400.710	400.710
Pilar	27.941	27.941
Pelágio e J. Brandão	67.661	67.661
Moinho Santa Lúcia	42.363	42.363
Piraquê	362.316	362.316
Outros ⁽²⁾	9.384	9.384
	944.412	944.412
	1.717.472	1.719.364

⁽¹⁾ Projetos de implantação de software em andamento com prazo estimado para conclusão em 2021; ⁽²⁾ Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por dez anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível; já o relacionamento não contratual com cliente e acordo de não competição, ativos identificados no processo de alocação do preço de aquisição da Piraquê, tem vida útil definida de 15,6 anos e 5 anos, respectivamente. Os ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Movimentação do intangível

Controladora e Consolidado

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.250	543.847	166.214	690	944.412	1.722.413
Aquisições ⁽¹⁾	12.156	49	-	-	-	12.205
Reclassificação ⁽²⁾	(118)	-	-	-	-	(118)
Amortizações	(10.558)	-	(11.873)	(207)	-	(22.638)
Baixas	(197)	-	-	-	-	(197)
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	-	7.699	-	-	-	7.699
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.533	551.595	154.341	483	944.412	1.719.364
Aquisições	2.797	-	-	-	-	2.797
Reclassificação ⁽²⁾	792	-	-	-	-	792
Amortizações	(2.461)	-	(2.968)	(52)	-	(5.481)
Saldos em 31 de março de 2021	69.661	551.595	151.373	431	944.412	1.717.472

⁽¹⁾ Refere-se principalmente Desktop digital R\$ 3.221; HCM - gestão de capital humano R\$ 2.552; Automação de notas de entradas R\$ 1.920; Implementação da plataforma procurement R\$1.215; Automação concessão limite crédito trademaster R\$ 572; Hyperion Planning-FASE V-FF R\$ 468 ; ADP - folha de pagamento R\$ 460; e CGF- melhoria no sistema de gerenciamento de contrato de fornecedores R\$ 213 no exercício de 2020. ⁽²⁾ Reclassificação para imobilizado R\$ 118 no exercício de 2020 e R\$ 792 no primeiro trimestre de 2021.

A Companhia registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento, no valor de R\$ 2.854 em 31 de março de 2021 (R\$ 2.832 em 31 de março de 2020).

b) Teste do valor recuperável dos ágios e marcas

Em 30 de junho de 2020, em decorrência do plano de retomada da Marca Predilieto, intensificada ao longo do primeiro semestre de 2020, bem como das projeções futuras de *performance*, a Companhia aplicou o teste de recuperabilidade do valor da marca, o que indicou a necessidade de reversão de perda por redução ao valor recuperável reconhecida, no montante de R\$ 7.699.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Nesse processo de avaliação, o valor da Companhia obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, já que o valor contábil dos ativos não excedeu o seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Para o período findo em 31 de março de 2021, a Companhia entende que não há indicativos de perda no valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



13. Arrendamentos

A Companhia reconhece o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, bem como de operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os ativos e passivos reconhecidos são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos fixos de arrendamentos, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e depreciados ao longo do prazo do arrendamento, pelo método linear.

A Companhia mantém ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, conforme especificado na Nota Explicativa nº 11, letra b, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras, locação de veículos e, durante o exercício de 2020, reconheceu direito de uso de empilhadeiras por contrato firmado por oito anos, o que representou um incremento de R\$ 62.714. Também ocorreram incrementos de direito de uso de quatro imóveis e veículos locados.

A seguir, são apresentadas a movimentações nos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

a) Direito de uso:

Controladora e Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72.668	-	26.513	913	100.094
Adições ⁽¹⁾	27.305	62.714	17.805	4.867	112.691
Amortizações	(14.524)	(5.603)	(11.903)	(1.243)	(33.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.449	57.111	32.415	4.537	179.512
Adições	19.540	726	4.674	847	25.787
Amortizações	(5.146)	(2.253)	(3.624)	(332)	(11.355)
Reclassificação	267	-	-	(267)	-
Saldos em 31 de março de 2021	100.110	55.584	33.465	4.785	193.944

⁽¹⁾ O reconhecimento inicial de imóveis contempla o saldo de despesa diferida existente em 31 de dezembro de 2018 relativo a antecipação de pagamento de contrato de arrendamento, no montante de R\$ 2.667.

As taxas médias de desconto utilizadas na mensuração inicial, baseadas em cotações junto a instituições financeiras, os vencimentos dos contratos e as respectivas taxas de amortização ponderadas que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, estão assim distribuídos:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Natureza dos contratos	Taxa média de desconto	Vencimento ⁽¹⁾	Taxa de amortização
			Controladora e Consolidado
Imóveis portuários	12,27%	mai/32	7,98%
Imóveis	8,35%	ago/29	16,43%
Máquinas e equipamentos	6,80%	out/27	14,29%
Veículos	10,06%	mai/23	22,05%
Computadores e periféricos	9,52%	jan/25	21,08%

⁽¹⁾ Considerado o último vencimento do grupo de contratos.

b) Passivo de arrendamento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	101.979
Adições ⁽¹⁾	112.691
Reclassificação	172
Juros apropriados	17.427
Pagamentos	(37.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	194.990
Adições	25.787
Juros apropriados	5.127
Pagamentos	(14.774)
Saldos em 31 de março de 2021	211.130
Circulante	47.007
Não Circulante	164.123

⁽¹⁾ Reconhecimento de direito de uso de empilhadeiras, imóveis e veículos Locados.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	32.820
2023	37.458
2024	30.848
2025	16.694
2026 a 2032	46.303
Total	164.123

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



c) Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Amortizações de direito de uso	11.355	33.273
Juros sobre passivo de arrendamento	5.127	17.427
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	519	2.231

13.1 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019

Em 18 de dezembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 contendo orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 06 (R2) – IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações contábeis das Companhias arrendatárias para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Em atendimento ao Ofício, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31 de março de 2021												
	Consolidado												
	1T21	Abr a Dez 2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Passivo													
IFRS 16	211.130	175.862	131.613	93.328	62.980	46.296	28.929	17.584	12.078	7.661	4.749	1.478	-
Ofício CVM	240.738	206.959	159.615	117.378	82.533	62.723	41.040	26.255	18.609	12.197	7.719	2.452	-
	14,0%	17,7%	21,3%	25,8%	31,0%	35,5%	41,9%	49,3%	54,1%	59,2%	62,5%	65,9%	-
Direito de uso													
IFRS 16	193.944	160.091	116.633	81.027	52.455	36.890	21.826	12.557	8.276	5.023	2.937	852	-
Ofício CVM	215.897	178.758	131.829	92.363	60.344	42.620	25.389	14.741	9.754	5.953	3.481	1.008	-
	11,3%	11,7%	13,0%	14,0%	15,0%	15,5%	16,3%	17,4%	17,9%	18,5%	18,5%	18,3%	-
Despesa financeira													
IFRS 16	5.127	12.521	13.370	9.890	6.869	5.092	3.771	2.477	1.723	1.133	739	382	43
Ofício CVM	5.363	14.719	16.108	12.323	8.913	6.860	5.264	3.620	2.609	1.773	1.187	625	72
	4,6%	17,6%	20,5%	24,6%	29,7%	34,7%	39,6%	46,2%	51,4%	56,5%	60,6%	63,8%	66,2%
Amortização													
IFRS 16	11.355	32.259	40.458	31.664	25.572	15.315	15.064	9.270	4.281	3.253	2.085	2.085	852
Ofício CVM	12.515	34.720	43.704	35.182	28.794	17.506	17.230	10.649	4.987	3.801	2.472	2.472	1.008
	10,2%	7,6%	8,0%	11,1%	12,6%	14,3%	14,4%	14,9%	16,5%	16,8%	18,6%	18,6%	18,3%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



A seguir é apresentado o demonstrativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	31/03/2021		31/12/2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	274.905	211.130	250.383	194.990
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	25.429	19.530	23.160	18.037

14. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas da Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação. O acionista controlador é Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresenta-se a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
M. Dias Branco International Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco Argentina S. A.	Sem operação e em processo de baixa.
Controladas em conjunto ⁽¹⁾	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	Prestação de serviços na descarga de matéria prima e outros serviços
Empresas cujo controlador é representado por vice-presidente da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda. ⁽²⁾	Contrato de comodato de imóvel
Idibra Participações S. A.	Prestação de serviços em construção civil e locação de equipamentos
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
Empresas em que o diretor-presidente e/ou o vice-presidente da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
The Ce Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria
Buhler & Scherler S.A.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
WEF Engenharia e automação Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
Empresa em que os vice-presidentes da Companhia figuram como quotista	
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	Venda de produtos industrializados Compra de material de consumo

⁽¹⁾ Percentual de participação e sua característica consta na Nota Explicativa nº 4.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidente que, por atender os critérios do CPC 05 (IAS 24), enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não mantenha transações: Apodi Transporte e Locação Ltda., Apodi Distribuição e Logística Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S. A., CDB Participações Ltda-EPP, Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Equatorial Participações e Negócios S. A., Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 002 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 003 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 004 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 005 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 006 Ltda., Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda., Aquiraz Golf Clubs Administração e Comércio Ltda., Lago das Praias Belas Empreendimentos Imobiliários Ltda., Aveiro Multimercado FD Invest Credito Privado Investimento Exterior, Águas Claras Participações Ltda., Bronze Administração e Participações S/A., Ouro Administração e Participações S/A., Prata Administração e Participações S/A., Platina Administração e Participações S/A., Titânio Administração e Participações S/A., Apodi Concreto Ltda., IDB Condominium Incorporações SPE Ltda., Riviera Lazer S.A. 3L Administração e Participações Ltda., Lavanda Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., Universo Pet II SCP, e Wef Engenharia e Automação Ltda.

a) Condições das transações com as principais partes relacionadas

Conforme já mencionado, as operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, em linha com as de mercado, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido. Em geral, os pagamentos ocorrem contra apresentação de fatura.

Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativo				
Circulante				
Contas a Receber				
Coemdiبرا – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	19	34	19	34
LDB Logística e Transporte Ltda.	25	9	25	9
LDB Transporte de Cargas Ltda.	13	1	13	1
Idibra Participações S. A.	-	1	-	1
	57	45	57	45
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	308	280	308	280
LDB Logística e Transporte Ltda.	79	214	79	214
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	82	-	82
Idibra Participações S. A.	1	1	1	1
Coemdiبرا – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	7	3	7	3
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	18	21	-	-
Buhler & Scherler S.A.	107	65	107	65
The Ce Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	-	132	-	132
WEF Engenharia e automação Ltda.	38	-	38	-
	558	798	540	777
Outras contas a pagar				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188	-	-
	1.188	1.188	-	-
Não circulante				
Contas a Pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1.238	1.238	1.238	1.238
	1.241	1.241	1.238	1.238

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



b) As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Venda de produtos				
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1	3	1	3
Coemibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	122	145	122	145
LDB Transporte de Cargas Ltda.	12	3	12	3
LDB Logística e Transporte Ltda.	20	9	20	9
Idibra Participações S. A.	-	5	-	5
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1	-	1	-
	156	165	156	165
Venda de imobilizado/outros				
Coemibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	1	1	1	1
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	-	13	-	13
LDB Logística e Transporte Ltda.	-	1	-	1
	1	15	1	15
Compra de imobilizado/outros				
Coemibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	22	35	22	35
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	414	-	414
	22	449	22	449
Contratação de serviços				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	2.319	3.478	2.319	3.478
LDB Logística e Transporte Ltda.	689	3.313	689	3.313
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	2.360	2.608	2.360	2.608
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.429	1.688	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1	735	1	735
Idibra Participações S. A.	1	224	1	224
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	122	857	122	857
Buhler & Scherler S.A.	44	-	44	-
The Ce Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	264	-	264	-
WEF Engenharia e automação Ltda.	82	-	82	-
	7.311	12.903	5.882	11.215

Outros assuntos

A Companhia é comodataria de alguns bens móveis e imóveis de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda. e da Idibra Participações S.A.

No que tange à prestação de garantias em contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Em 31 de março de 2021, o saldo de financiamentos consolidados garantidos nesses moldes estava representado pelo montante de R\$ 39.159 (R\$ 43.704 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Remuneração do pessoal-chave da Administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 5.790 (R\$ 5.027 em 31 de março de 2020), relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, em especial participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo para executivos no nível de diretor estatutário celetista, conforme destacado na Nota Explicativa nº 25.

Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na Nota Explicativa nº 27 contempla apenas a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações. Dessa forma, a remuneração variável (benefícios de curto prazo), e os benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração não estão contemplados naquele valor.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

15. Fornecedores e Operações de "Risco Sacado"

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	345.192	302.001	345.299	302.093
Fornecedores estrangeiros	-	559	-	559
Subtotal	345.192	302.560	345.299	302.652
Operações de "risco sacado"	102.701	59.086	102.701	59.086
Total	447.893	361.646	448.000	361.738

Em 2020, a Companhia iniciou a operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor.

Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao nosso fornecedor, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária.

Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições inicialmente contratados, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo como "Fornecedores" e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



16. Financiamentos e empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Os valores são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais e os financiamentos sujeitos à variação cambial que são atualizados pela respectiva taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os financiamentos e empréstimos registraram em 31 de março de 2021, saldo total de R\$ 2.126.754 (R\$ 1.589.017 em 31 de dezembro de 2020), e estão distribuídos em quatro categorias: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, e debêntures.

16.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

Descrição	Indexador	Juros (% a.a.)	Controladora e Consolidado		
			Venc. ⁽¹⁾	31/03/2021	31/12/2020
Moeda nacional					
BNDES-FINAME	TJLP	2,17	15/08/2024	13.217	14.228
BNDES-PSI ⁽²⁾	-	2,99	15/01/2024	65.986	73.573
BNDES-FINEM	IPCA	8,63	15/08/2024	40.988	39.204
BNDES-PROGEREN	IPCA	6,28	15/10/2022	41.784	40.176
FINIMP	CDI	3,80	01/04/2021	64.915	138.070
Capital de giro	CDI	1,30	17/11/2021	202.402	200.780
				429.292	506.031
Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação (FINIMP e Capital de giro (Lei nº 4.131))	USD	1,90	22/12/2025	698.461	856.128
Total				1.127.753	1.362.159
Circulante				466.758	743.764
Não Circulante				660.995	618.395

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos; ⁽²⁾ Contratos firmados para compra de imobilizado.

Os contratos firmados com recursos do BNDES têm carência com duração entre 12 e 36 meses. Na maioria dos contratos os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência, e, após esse período, o vencimento passa a ser mensal, exceto em algumas operações direta com o

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



BNDES em que o principal e os juros são pagos anualmente. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Os contratos de capital de giro têm carência de 6 meses, juros pagos semestralmente e o principal pago ao final do contrato.

A movimentação de empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	730.188
Liberações	1.617.103
Provisão de juros, comissões e impostos	38.897
Variação cambial e monetária	176.127
Amortizações	(1.035.313)
Pagamento de juros e variação cambial	(164.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.362.159
Provisão de juros, comissões e impostos	10.608
Variação cambial e monetária	75.376
Amortizações	(276.240)
Pagamento de juros e variação cambial	(44.150)
Saldo em 31 de março de 2021	1.127.753

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	54.383
2023	25.792
2024	11.090
2025	569.730
Total	660.995

Alguns financiamentos e empréstimos consolidados são garantidos por hipoteca de imóveis, fiança bancária, notas promissórias (vide Nota Explicativa nº 14), *Standby Letter of Credit* e/ou alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R\$ 925.351 (R\$ 1.081.379 em 31 de dezembro de 2020).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos; (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. Além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida/Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção do quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento e ainda, há o compromisso da companhia em (i) não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis; e, (ii) fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios. Em 31 de março de 2021, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

16.2 Financiamentos de impostos – Provin

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.

Os financiamentos de tributos (Provin) são atualizados mensalmente pela TJLP e podem ter vencimento trienal/bienal.

Os saldos dos financiamentos de impostos em 31 de março de 2021 totalizavam o montante de R\$ 10.378 (R\$ 9.893 em 31 de dezembro de 2020) e parcela mantida no passivo não circulante apresenta o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	2.243
2023	3.815
2024	216
2025	318
Total	6.592

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



16.3 Financiamentos diretos – Aquisições de empresas

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Aquisição de ações da Pelágio	2.999	2.985
Aquisição de ações da Pilar	3.942	2.108
Aquisição de quotas da Piraquê	23.576	23.899
	30.517	28.992
Passivo não circulante		
Aquisição de ações da Pelágio	5.417	5.417
Aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	667	667
Aquisição de ações da Piraquê	183.126	181.889
	189.210	187.973
Total	219.727	216.965
Circulante	30.517	28.992
Não circulante	189.210	187.973

Os financiamentos diretos são compostos por parcela retida do preço de aquisição vinculada às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê.

O valor de R\$ 206.702 (R\$ 205.788 em 31 de dezembro de 2020), relativo à aquisição da Piraquê, é composto por:

i) parcela retida do preço no montante de R\$ 140.663 que será liquidada em 4 parcelas, com vencimentos em 05/2021, 05/2022, 05/2023 e 12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores;

ii) parcela contingente do preço de aquisição, na ordem de R\$ 66.039, decorrente da expectativa de realização de créditos tributários passíveis de reembolso aos vendedores, que serão pagos à medida que forem convertidos em renda em favor da Piraquê ou compensados. Durante o exercício de 2018 e 2019, do total reconhecido de preço contingente (R\$ 75.137), foi liquidado R\$ 9.098.

16.4 Debêntures

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R\$ 811.644. Em procedimento de

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



bookbuilding realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série farão jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação serão utilizados para promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da empresa, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Em 31 de março de 2021, o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$768.896, já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 44.966.

A movimentação das debêntures é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Captação das debêntures	811.644
Variação monetária	1.581
Juros sobre debêntures	637
(-) Custos de transação	(44.966)
Saldo em 31 de março de 2021	768.896

Os custos de transação registrados no passivo em 31 de março de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2021	3.871
2022	5.138
2023	5.138
2024	5.138
2025	5.138
2026 a 2031	20.543
Total	44.966

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de swap para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento (trigo e óleo) e capital de giro. Além disso, iniciou operações de compra de moeda a termo (NDF - Non

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Deliverable Forward), opções cambiais e de *commodities* e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido. A parcela porventura considerada ineficaz na relação de proteção é transferida/ reclassificada para o resultado financeiro.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar e derivativos.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Instrumentos financeiros por categoria e evidência do valor justo

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		31/03/2021	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos financeiros									
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa		1.671.657	1.671.657	1.212.873	1.212.873	1.671.846	1.671.846	1.213.007	1.213.007
Contas a receber de clientes		853.152	853.152	959.907	959.907	853.225	853.225	960.058	960.058
Outros créditos		25.504	25.504	31.496	31.496	26.040	26.040	32.047	32.047
Aplicações financeiras		18.955	18.953	19.719	19.721	18.955	18.953	19.719	19.721
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos									
Contratos de swap		57.039	57.039	23.794	23.794	57.039	57.039	23.794	23.794
Contratos a termo (NDF)		23.890	23.890	16.268	16.268	23.890	23.890	16.268	16.268
Contratos de opções		25.976	25.976	4.340	4.340	25.976	25.976	4.340	4.340
Contratos de futuros		2.231	2.231	2.602	2.602	2.231	2.231	2.602	2.602
		4.941	4.941	584	584	4.941	4.941	584	584
Passivos financeiros									
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		447.893	447.893	361.646	361.646	448.000	448.000	361.738	361.738
Financiamentos com instituições financeiras		1.127.753	1.114.092	1.362.159	1.347.339	1.127.753	1.114.092	1.362.159	1.347.339
BNDES – Operações de repasse	TJLP	13.217	13.217	14.228	14.228	13.217	13.217	14.228	14.228
BNDES PSI-Pré	Prefixado	65.986	63.090	73.573	71.374	65.986	63.090	73.573	71.374
BNDES – FINEM (Capital de giro)	IPCA	40.988	41.661	39.204	39.966	40.988	41.661	39.204	39.966
BNDES PROGEREN (Capital de giro)	IPCA	41.784	41.320	40.176	39.616	41.784	41.320	40.176	39.616
Financiamentos de insumos (FINIMP)	CDI	64.915	64.921	138.070	139.113	64.915	64.921	138.070	139.113
Financiamentos externos (FINIMP e capital de giro)	USD	698.461	687.752	856.128	842.765	698.461	687.752	856.128	842.765
Capital de giro	CDI	202.402	202.131	200.780	200.277	202.402	202.131	200.780	200.277
Financiamentos diretos	CDI	219.727	219.727	216.965	216.965	219.727	219.727	216.965	216.965
Debêntures	IPCA	813.862	838.406	-	-	813.862	838.406	-	-
(-) Custos de captação das debêntures		(44.966)	(44.966)	-	-	(44.966)	(44.966)	-	-
Arrendamentos		211.130	211.130	194.990	194.990	211.130	211.130	194.990	194.990
Contas a pagar		158.570	158.570	160.922	160.922	157.725	157.725	160.033	160.033
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos									
Contratos de swap		5.880	5.880	18.125	18.125	5.880	5.880	18.125	18.125
Contratos a termo (NDF)		5.777	5.777	6.393	6.393	5.777	5.777	6.393	6.393
Contratos de opções		-	-	7.789	7.789	-	-	7.789	7.789
		103	103	3.943	3.943	103	103	3.943	3.943

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



b) Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não necessariamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém contratos de *swap*, compra de moeda a termo (NDF), opções e futuros registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Aplicação financeiras (custo amortizado)

O valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e em fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos de capital de giro atrelados à TJLP e IPCA foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando *spreads* de 2,17% a.a. e 7,44% a.a. (2,17% a.a. e 7,448% a.a. em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras. Foi utilizada a taxa de 7,24% a.a. para as operações de Finame-PSI (5,57% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

O valor justo dos financiamentos de insumos e capital de giro atrelados à CDI foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras. Foi utilizado o *spread* de 1,45% a.a. (1,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

O valor justo dos financiamentos de insumos e capital de giro com variação cambial em dólar foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras. Foi utilizado o *spread* de 1,71% a.a. para contratos de capital de giro e 2,60% a.a. para os contratos de insumos em dólar (2,20% a.a. 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Pilar, Pelágio, Moinho Santa Lúcia e Piraquê que conforme contratos são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado considerando o mesmo percentual do CDI, de forma a refletir as condições de mercado.

Já as emissões das debêntures são atualizadas pela variação do IPCA e taxa média das operações vigentes, apresentando spread de 4,02% a.a. e o valor justo foi determinado projetando o valor futuro pela taxa contratada, desde o início da operação até o vencimento, e trazendo a valor presente pela taxa de mercado.

Contratos derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Arrendamentos

O passivo de arrendamento é inicialmente apurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*). Nesse contexto, visando proteger e otimizar o resultado em função de riscos de variação dos preços de moeda e *commodities*, o Conselho de Administração aprovou em 10 de julho de 2020, a política de *hedge* da Companhia com missão de assegurar o atendimento dos objetivos estratégicos do negócio. Nela são destacadas as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de precificação e acompanhamento de *commodities* e moedas estrangeiras, assim como na gestão de efeitos cambiais relacionados às operações da Companhia.

i. Risco de crédito

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R\$ 35.000, com vigência no período de 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021. Atualmente, a cobertura do seguro de crédito abrange cerca de 164 clientes, no total de R\$ 227.877 (R\$ 231.997 em 31 de dezembro de 2020). Além disso, existem cerca de R\$ 62.963 (R\$ 45.603 em 31 de dezembro de 2020) de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, a Companhia possui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no montante consolidado de R\$ 63.721 (R\$ 76.071 em 31 de dezembro de 2020) representativos de 6,95% (7,34% em 31 de dezembro de 2020) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

ii. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Normalmente, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante da continuidade das incertezas no ano de 2021, decidiu, no início do ano, realizar a emissão de debêntures para lastrear operação de Crédito de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com prazo de até 10 anos, para aquisição de insumos de Produtores Rurais. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 16.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites não são destinados a cobrir deficiência de liquidez, haja vista que não têm essa indicação.

iii. Risco de mercado: preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Adicionalmente, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *online* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas *commodities*, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da *commodity*, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da *commodity* ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de março de 2021, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 176.132 toneladas (290.066 toneladas em 31 de dezembro de 2020), onde 18.000 toneladas de óleo estavam com o preço a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 39.630 de trigo e US\$ 27.381 de óleo (US\$ 99.125 de óleo e US\$ 43.035 de trigo em 31 de dezembro de 2020).

Diante do risco de variação no preço de trigo e óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante, cujo preço não estava fixado, de óleo (18.000 toneladas), levando em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da *commodity*, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou os preços do óleo em US\$ 1.028,85, no mesmo patamar do valor de mercado em 31 de março de 2021. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das *commodities* em 25% e 50% respectivamente.

Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (US\$) ⁽¹⁾	Cenário remoto (US\$) ⁽¹⁾
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	18.000	Alta da commodity	-	(4.630)	(9.260)

⁽¹⁾ Valor em US\$ mil.

Por fim, seguindo a política de *hedge* aprovada, a Companhia iniciou a contratação de operações futuros para o óleo de palma através da bolsa de Bursa (Malásia). Os instrumentos firmados apresentam vencimentos até novembro de 2021, com valor justo a receber em 31 de março de 2021 de R\$ 6.079.

Descrição	Objeto de proteção	Indexador	Quantidade (em ton)	Valor justo
Compra Futuro + Opções Compra de Put	Preço da commodity	Óleo de Palma - Bolsa de Bursa (Malásia)	8.175	6.079

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no "item e" desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção (*hedge accounting*).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

iv. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados a moeda estrangeira dólar e euro, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de março de 2021, a Companhia possuía cinco contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (FINIMP) e de capital de giro, quatro com vencimentos em abril/2021 e um com vencimento em 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,27% e na ponta passiva paga, em média, 176,97% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 621.410 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 38.174.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	621.410	818.738	698.461	856.128	700.560	877.164
Posição passiva						
CDI	621.410	818.738	631.096	827.955	662.386	863.142
Resultado	-	-	67.365	28.173	38.174	14.022

Dessa forma, em 31 de março de 2021, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	698.461	856.128	698.461	856.128
Contratos de swap (b)	(698.461)	(856.128)	(698.461)	(856.128)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(8)	(7)
Superávit apurado (a-b)	-	-	(8)	(7)

O contrato de swap com vencimento em 22 de dezembro de 2025 foi designado como hedge de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no "item e" desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção (*hedge accounting*).

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (nocial)	Valor de referência (nocial)	Valor da curva	Valor justo a receber (a pagar)
Contrato de swap	Moeda	Reais	510.000	58.055	30.220

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

taxa de câmbio nos resultados, a Companhia implementou a política de *hedge* e passou a contratar operações baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários, mediante contratação de operações a termo ("Non Deliverable Forward - NDF") e opções.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía vinte e nove contratos de operações a termo com vencimentos até 01/07/2021 e cinco contratos de opções com vencimento até 03/05/2021, bem como valor de referência (nocial) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (nocial)	Valor de referência (nocial)	Valor justo a receber (a pagar)
NDF - US\$ /R\$	Moeda	US\$	61.184	25.976
Opções - US\$ /R\$	Moeda	US\$	9.305	990
Total			70.489	26.966

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no "item e" desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção (*hedge accounting*).

Como já mencionado no item "Risco de mercado: preço das *commodities*", a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de óleo em US\$ 27.381 e de trigo US\$ 39.630, sujeito a risco de variação cambial (US\$ 142.160 em 31 de dezembro de 2020).

Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo para entrega futura

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de óleo e trigo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 5,6973 no mesmo patamar de fechamento em 31 de março de 2021. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 7,1216) e 50% (R\$ 8,5460), respectivamente.

Descrição	Posição em risco (USD)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R\$)	Cenário remoto (R\$)
Contratos de aquisição de trigo	39.630	Alta do dólar	-	(56.446)	(112.892)

v. Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap correspondente a 50% da dívida contratada, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI, acrescido de taxas de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nesse sentido, em 31 de março de 2021, a Companhia possuía dezoito contratos vigentes de operações de swap para proteção das emissões das debêntures, com vencimentos, até 17 de março de 2031, em que na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais 4,02% e na ponta passiva paga, em média, 133,56% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 405.822 e o valor justo bruto a pagar desses instrumentos derivativos em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 4.950.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Posição ativa						
IPCA	405.822	-	406.930	-	414.253	-
Posição passiva						
CDI	405.822	-	406.104	-	419.203	-
Resultado	-	-	826	-	(4.950)	-

vi. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	1.681.230	1.228.073	1.681.410	1.228.199
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(698.461)	(856.128)	(698.461)	(856.128)
Operações de debêntures com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(406.104)	-	(406.104)	-
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	(510.639)	(579.936)	(510.639)	(579.936)
Ativos – Passivos	66.026	(207.991)	66.206	(207.865)

⁽¹⁾ Vide item iv - Risco de taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R\$ 66.206.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	66.206	Queda do CDI	-	439	877

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de março de 2021 em 2,65 a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (2,38% a.a.) e 50% (2,85% a.a.), respectivamente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme já destacado, a Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2021, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

e) Contabilidade de proteção (*Hedge Accounting*)

A partir de julho de 2020, a Companhia passou a adotar, com efeitos prospectivos, a contabilidade de *hedge* nas operações com os instrumentos financeiros em especial, contratos a termo (NDF), opções, contratos futuros e swap, à medida que se qualificam na relação de proteção de *hedge* de fluxo de caixa. Tais instrumentos de *hedge* designados à contabilidade de *hedge* estão em perfeito alinhamento ao objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

No início de uma relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa a relação de *hedge* preparando a devida documentação que inclui: a identificação do instrumento de *hedge*, a identificação do item protegido, natureza do risco a ser coberto, a relação de proteção e análise da eficácia do *hedge* demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de *hedge*, índice de *hedge* e como a efetividade será avaliada.

O item protegido, em geral, trata-se de fluxo de caixa futuro de aquisição de insumos sujeitos ao risco de variação cambial (trigo, óleo, açúcar e cacau), baseado em projeção orçamentária e *forecast* intermediários. Desse modo, o item protegido (compras futuras de matérias-primas importadas) é considerado transação altamente provável e qualifica-se como objeto de *hedge* à medida que estes insumos são essenciais para o processo produtivo da Companhia. Além disso, o item protegido está relacionado a empréstimos contratados em moeda estrangeira, com o objetivo de proteção do fluxo de caixa da Companhia contra o risco de variação cambial na amortização e no pagamento de juros.

Os instrumentos derivativos utilizados para proteção do risco cambial possuem uma relação econômica direta com o risco do objeto, já que se configuram por operações nas mesmas moedas em que as importações de matérias-primas e os empréstimos contratados.

Na determinação do índice de *hedge*, a quantidade de instrumentos de proteção designados para contabilidade de *hedge* não excede a quantidade de itens que a Companhia efetivamente deseja proteger baseado na estratégia de proteção aprovada no comitê de *hedge*, não refletindo, portanto, desequilíbrio entre as duas posições (item de proteção e item protegido). Caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia poderá "reequilibrar" o índice de *hedge* para atender aos critérios de qualificação.

No tocante a avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia adota o método do *dollar offset method (ratio analysis)*, que consiste na comparação da variação de valor justo do instrumento de *hedge* com a variação de valor justo do objeto de *hedge*, sendo prospectivo, com avaliação no início da proteção. Os testes de efetividade subsequentes serão realizados a cada fechamento trimestral e anual, ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

A principal fonte de inefetividade na relação de proteção é o possível descasamento entre os vencimentos dos instrumentos e as datas em que ocorrem as compras. No entanto, este descasamento está limitado ao período do mês de designação, de forma a não

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



comprometer a relação de *hedge*. Desse modo, entende-se que não existem fontes de inefetividade relevantes que possam comprometer a relação de *hedge*.

Os efeitos das relações de *hedge* formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
	Hedge de fluxo de caixa
Ganhos em instrumentos derivativos	16.323
(-) Ajustes ao custo de matéria prima objeto de proteção	(16.161)
Variações no valor justo de contatos derivativos	(11.053)
(-) Reclassificação para resultado financeiro	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(11.053)
Ganhos em instrumentos derivativos	10.618
(-) Ajustes ao custo de matéria prima objeto de proteção	(10.909)
Variações no valor justo de contatos derivativos	24.372
(-) Reclassificação para resultado financeiro	292
Saldos em 31 de março de 2021	13.318

A composição do saldo de reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019	-
Variações no valor justo de contratos derivativos	(11.053)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	3.512
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	(7.541)
Variações no valor justo de contratos derivativos	24.372
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(8.041)
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de março de 2021	8.790

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são: salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/total do capital), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	31/03/2021	31/12/2020
Dívida de financiamentos e empréstimos	1.357.858	1.589.017
Debêntures	768.896	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.671.846)	(1.213.007)
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(16.413)	(16.413)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(2.542)	(3.306)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(51.159)	(5.669)
Dívida líquida (caixa líquido) (A)	384.794	350.622
Patrimônio líquido	6.678.857	6.645.568
Total do capital (B)	7.063.651	6.996.190
Índice alavancagem financeira (C = A / B x 100)	5,45%	5,01%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido. O indicador no período findo em 31 de março de 2021 foi de 5,45% contra 5,01% em 31 de dezembro em 2020. O aumento deve-se, principalmente, ao acréscimo no nível de endividamento da Companhia pela emissão de debêntures.

Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Superior a cinco anos
Em 31 de março de 2021	1.428.015	568.596	682.787	1.065.259
Financiamentos e empréstimos	501.697	287.618	570.048	767.391
Instrumentos financeiros derivativos	930	-	-	4.950
Fornecedores e outras obrigações	925.388	280.978	112.739	292.918
Em 31 de dezembro de 2020	1.634.008	518.899	648.218	283.165
Financiamentos e empréstimos	776.028	293.319	519.670	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.125	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	839.855	225.580	128.548	283.165

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.701	5.509	6.701	5.510
Juros selic sobre créditos tributários	15.907	1.980	15.907	1.980
Atualização de depósitos judiciais	565	1.849	565	1.849
Variações cambiais ativas	19.395	7.595	19.395	7.595
Outros	2.801	1.539	2.801	1.539
	45.369	18.472	45.369	18.473
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(8.967)	(6.169)	(8.967)	(6.169)
Juros sobre dívida de aquisição de empresa	(593)	(1.530)	(593)	(1.530)
Juros sobre arrendamento mercantil	(5.127)	(2.733)	(5.127)	(2.733)
Juros sobre debêntures	(636)	-	(636)	-
Variações cambiais passivas	(86.439)	(148.463)	(86.439)	(148.463)
Ganhos (perdas) em operações com contratos derivativos	71.895	146.057	71.895	146.057
Comissões e despesas bancárias	(2.017)	(1.912)	(2.018)	(1.912)
Atualização de provisões para contingências	(5.501)	(5.431)	(5.501)	(5.431)
Outros	(1.951)	(2.240)	(1.951)	(2.240)
	(39.336)	(22.421)	(39.337)	(22.421)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	6.033	(3.949)	6.032	(3.948)

As receitas financeiras abrangem recebimentos de rendimentos de aplicações financeiras, atualização de créditos tributários e depósitos judiciais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, juros sobre arrendamento mercantil, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais e atualização de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Com exceção dos custos de empréstimos que são capitalizados como parte do ativo, todos os demais são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos contemplam as seguintes provisões e encargos:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Provisões trabalhistas				
Provisão de participação nos lucros e resultados	21.588	59.788	21.588	59.788
Provisão de férias	59.600	61.137	59.613	61.163
Provisão de 13º salário	11.976	-	11.990	-
Outros	2.653	3.293	2.653	3.293
	95.817	124.218	95.844	124.244
Encargos sociais e trabalhistas				
INSS	40.856	39.328	40.908	39.378
FGTS	9.969	11.228	9.978	11.237
Outros	1.634	1.709	1.635	1.709
	52.459	52.265	52.521	52.324
Total	148.276	176.483	148.365	176.568

20. Obrigações fiscais

A composição dos saldos contemplam as seguintes obrigações fiscais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
PIS/Cofins	1.447	1.014	1.487	1.041
Imposto de renda retido na fonte	11.892	15.264	11.907	15.290
Outras obrigações fiscais federais	1.558	2.910	1.565	2.914
ICMS	57.913	34.711	57.913	34.711
ISS	1.818	1.654	1.821	1.655
Total	74.628	55.553	74.693	55.611

21. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do período social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

21.1 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo do custo dos produtos vendidos.

A partir de março de 2021, a Companhia passou a fazer jus à fruição do FUNDOPEM (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul) com efeitos retroativos a fevereiro de 2020. Esse programa é um instrumento de parceria, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, que consiste no financiamento parcial do ICMS incremental mensal gerado na sua operação, cujo percentual de financiamento é de 75%. No âmbito do Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul é concedido um incentivo que representa 42,80% sobre a parcela financiada, podendo ser acrescido até 10% em virtude geração de empregos.

Em 31 de março de 2021, a Companhia fez jus a R\$ 80.315 (R\$ 76.747 em 31 de março 2020), decorrentes dos seguintes incentivos estaduais:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	81%	Jun/2025
PROVIN - Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
PROEDI - Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	De 75% a 79%	Jun/2032
FAIN - Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
PRODEPE - Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão confido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	Mar/2024
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Regime especial de tributação - Paraíba (Unidade Bayuex) - Redução do imposto de forma que a carga tributária para os produtos sujeitos ao ICMS Substituição resulte em percentual igual a 5%, e para os demais produtos o ICMS normal resulte em percentual igual a 4% sobre a operação de saída.

Operação com derivados de farinha de trigo (Bayuex-PB) 50% a 78% Mar/2024

Tratamento Tributário Especial – Bento Gonçalves (Unidade Moinho Isabella) – Abatimento de ICMS devido pela sua operação industrial, quitados com recursos do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

Moinho de trigo e Fábrica de biscoitos e massas (Moinho Isabella-RS) 32,10% a 39,60% Jul/2027

No caso do estado do Rio de Janeiro (Unidade Piraquê), que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitado a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data.

Crédito presumido equiparado à subvenção para investimentos

A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais. Em 31 de março de 2021, a Companhia fez jus a R\$ 17.966 (R\$ 20.511 em 31 de março 2020) a título de crédito presumido.

Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal

Em 06 de maio de 2016 foi publicado o Convênio ICMS nº 42/2016, o qual autoriza os estados e o Distrito Federal a condicionarem a fruição de incentivos fiscais ao depósito de, no mínimo, 10% calculados sobre o valor dos respectivos incentivos fiscais auferidos pelos contribuintes e destinados a um fundo de equilíbrio fiscal. As disposições desse Convênio são aplicáveis a todos os contribuintes que detenham incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração.

Inobstante o referido convênio disciplinar sobre o depósito de, no mínimo, 10% dos incentivos concedidos, alguns estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao legislarem sobre o assunto, estabeleceram regras de dispensa do depósito quando verificado incremento de arrecadação no mês em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como a possibilidade de depósito apenas complementar ao limite mínimo quando o incremento na arrecadação for inferior ao percentual de 10%. Ademais, o estado do Ceará, a partir de janeiro de 2020 estabeleceu percentual mínimo de 7% a ser observado para aplicação da regra de dispensa ou do recolhimento complementar. Dessa forma, considerando as regras específicas de cada estado durante o prazo de vigência dos Fundos, a Companhia poderá se enquadrar em situações de dispensa do depósito, ou ainda, efetuar os depósitos em montante inferior ao percentual de 10% e 7% dos incentivos.

Atualmente, as operações da Companhia nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro estão sujeitas à referida norma, e prorrogaram a vigência da contribuição destinada ao referido fundo, exceto o estado do Rio Grande do Norte.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

UF	Vigência		Prorrogação	
	Início	Término	Início	Término
Pernambuco	Ago/16	Jul/18	Ago/18	Dez/22
Ceará ⁽¹⁾	Set/16	Ago/18	Jan/19	Dez/21
Bahia	Set/16	Dez/18	Jan/19	Dez/22
Paraíba	Out/16	Mar/19	Abr/19	Set/21
Rio de Janeiro	Dez/16	Dez/26	-	-

⁽¹⁾ O Estado do Ceará, por meio da Lei nº 17.251 de 2020, alterou o prazo de vigência do FEEF, antes em vigor até 31/08/2020.

O Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 8.645/2019, substituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF - pelo Fundo Orçamentário Temporário - FOT, com vigência a partir de 10.03.2020, e produzirá efeitos enquanto estiver vigente o Regime de Recuperação Fiscal - RRF, cujo início se deu em maio de 2017. Somente após a regulamentação da referida lei, por meio Decreto nº 47.057 de 04 de maio de 2020, o estado passou a exigir o recolhimento do novo fundo a partir da competência 04.2020. Destaca-se que em janeiro de 2021 houve a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal por até nove exercícios financeiros, garantindo ao Estado a continuidade do FOT até dezembro de 2026.

O Estado do Ceará, por meio da Lei nº 17.251 de 2020, alterou o prazo de vigência do FEEF de forma que tal encargo permanecerá válido até 31 de dezembro de 2021, contudo ocorreu a dispensa da cobrança no período de março a dezembro de 2020.

Em 31 de março de 2021, as despesas incorridas pela Companhia relativas à referida obrigação totalizaram R\$ 4.010 (R\$ 4.576 em 31 de março de 2020).

21.2 Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de março de 2021, a Companhia não utilizou o respectivo incentivo, pois não houve imposto de renda devido (Em 31 de março de 2020, a Companhia também não utilizou o incentivo pelo o mesmo motivo).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e snacks (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

22. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, e ativos contingentes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial. Em 31 de março de 2021, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 0,71% está sendo discutidos em âmbito administrativo e 99,29% está sendo discutidos em âmbito judicial. Já em relação aos processos de natureza tributária, 50,74% está sendo discutidos em âmbito administrativo e 49,26% está sendo discutidos judicialmente.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Entretanto, em virtude da operação de combinação de negócio (aquisição da Piraquê), foram reconhecidos, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, existentes na data da aquisição. Nesses casos, se materializadas as perdas, tais valores serão reembolsados pelos antigos sócios caracterizando-se, assim, em contingência de natureza indenizável.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

Descrição	Provisão		Depósitos Judiciais			
	Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Trabalhistas e cíveis	117.022	115.983	60.129	57.300	60.135	57.309
Tributárias	95.552	103.127	208.374	206.519	208.374	206.518
Total	212.574	219.110	268.503	263.819	268.509	263.827

Em 31 de março de 2021, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R\$ 81.277 (R\$ 79.774 em 31 de dezembro de 2020).

a) Movimentação dos processos no período

Controladora e Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	110.721	102.824	213.545
Adições	28.287	1.878	30.165
Atualizações/reversões	7.393	1.615	9.008
Baixas/reversões	(30.418)	(3.190)	(33.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	115.983	103.127	219.110
Adições	7.243	415	7.658
Atualizações/reversões	1.559	147	1.706
Baixas/reversões ⁽¹⁾	(7.763)	(8.137)	(15.900)
Saldos em 31 de março de 2021	117.022	95.552	212.574

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a baixa de provisão contra depósito judicial recursal (R\$ 5.318) e reversão de provisão para contingências indenizáveis (R\$ 8.102) contra ativo de indenização, face reavaliação de risco.

b) Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.147	205.287	257.434
Adições	38.503	20.339	58.842
Atualizações	401	3.843	4.244
Reclassificação	3.201	(3.201)	-
Baixas	(36.952)	(19.749)	(56.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.300	206.519	263.819
Adições	10.601	1.342	11.943
Atualizações	37	528	565
Reclassificação	15	(15)	-
Baixas	(7.824)	-	(7.824)
Saldos em 31 de março de 2021	60.129	208.374	268.503

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.152	205.287	257.439
Adições	38.507	20.339	58.846
Atualizações	401	3.843	4.244
Reclassificação	3.201	(3.201)	-
Baixas	(36.952)	(19.750)	(56.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.309	206.518	263.827
Adições	10.601	1.343	11.944
Atualizações	37	528	565
Reclassificação	15	(15)	-
Baixas	(7.827)	-	(7.827)
Saldos em 31 de março de 2021	60.135	208.374	268.509

Segue o cronograma esperado de realização dos processos tributários em 31 de março de 2021:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	31/03/2021
2022	898
2023	9.894
2024	31.863
2025	15.504
2026 em diante	37.393
Total	95.552

c) Naturezas dos processos

Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 1.134 processos (1.120 em 31 de dezembro de 2020) de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 103.985 e R\$ 13.037, respectivamente (R\$ 104.245 e R\$ 11.738 em 31 de dezembro de 2020), e em virtude da combinação de negócios, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, de R\$ 12.609. As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais. Já a maioria das ações cíveis envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021****(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Descrição	Controladora e Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial (a)	6.406	6.406	6.394	6.394
IRPJ – depósito judicial (b)	32.592	32.592	32.516	32.516
IPTU – depósito judicial (c)	2.909	4.678	2.895	4.664
ICMS (d)	18.551	-	18.145	-
Honorários advocatícios de êxito (e)	19.546	-	19.456	-
Contingências indenizáveis (f)	11.564	-	19.667	-
Outros	3.984	2.576	4.054	2.003
	95.552	46.252	103.127	45.577

- (a) A Companhia ingressou no ano de 2005, com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronave arrendada, importada sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total do crédito tributário, cuja ação foi julgada improcedente. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região do pedido de levantamento dos valores depositados a maior, já que a aeronave permaneceu menos tempo em território nacional do que o estipulado contratualmente.
- (b) A Piraquê impetrou, no ano de 1992 com mandado de segurança visando não ser compelida a adicionar ao lucro líquido, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ relativos aos períodos base mensais encerrados em 31.01.1992 e 28.02.1992, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou de custo de bem baixado a qualquer título, que corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal, no ano de 1990, nos termos dos arts. 39 e 41 do Decreto nº 332/91. A Piraquê efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo aguarda o julgamento do recurso extraordinário paradigma n.º 545.796 pelo Supremo Tribunal Federal.
- (c) A Companhia ingressou no ano de 2014, com ação declaratória com repetição de indébito visando desconstituir o lançamento tributário referente ao IPTU do ano de 2014 do Grande Moinho Aratu, tendo em vista a majoração do tributo sem respaldo legal. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo foi julgado procedente em 1ª instância, favorável à Companhia. O estado da Bahia apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento no Tribunal de Justiça daquele Estado.
- (d) Valores exigidos pelo Estado do Ceará, relativos a suposto lançamento de crédito a maior de ICMS (deferidos pela Célula de Gestão Fiscal da Substituição Tributária e Comércio Exterior- CESUT) originados da restituição de indébito das operações com farelo de trigo pagas na aquisição de trigo em grão que ocorreram entre a vigência do Protocolo 46/00 e a data da publicação do protocolo 50/06.
- (e) Referem-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos advogados que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os respectivos valores envolvidos, com risco de perda possível ou remota. Além disso, avalia-se a fase processual das ações.
- (f) Referem-se a processos tributários da Piraquê, empresa incorporada, de caráter indenizatório, em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Passivos contingentes – risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$ 1.121.662 (R\$ 1.100.150 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) subvenção para investimento no montante de R\$ 369.112; ii) crédito outorgado indevido de ICMS, totalizando R\$ 336.944, iii) Crédito indevido de ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46, totalizando R\$ 35.079 e (iv) IPI alíquota zero, no montante de R\$ 144.378.

Quanto aos processos tributários cujas discussões estão relacionadas ao tema "subvenções para Investimento", explica-se que a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração, para exigência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, em virtude da redução das bases de cálculos dos referidos tributos pelo não cômputo dos incentivos recebidos pelos Estados nas suas respectivas bases.

Salientamos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, após julgamento parcial procedente do processo administrativo nº 10380.009928/2004-18 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, extinguiu parte do crédito fiscal, remanescendo a discussão no âmbito judicial.

Ademais, o débito constante no processo nº 10380.723251/2012-34 relativo à subvenção para investimentos foi extinto pelo CARF, remanescendo a discussão quanto à tributação de IRPJ de despesas não necessárias (locação de aeronave).

Quanto ao tema "crédito outorgado indevido de ICMS", trata-se de autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não define o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos.

Referente ao assunto "ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46", trata de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência de crédito tributário de ICMS, lançados por meio de cinco autos de infrações, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de maio a dezembro de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

No caso da matéria "IPI Alíquota Zero", são execuções fiscais ajuizadas em razão da Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questionou a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI anterior a janeiro de 1999, decorrente da aquisição de insumos (matéria prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRFB n 33/99, por ser efeito do Princípio da Não-Cumulatividade.

Ativos contingentes

A Companhia possui processos ativos com expectativa de ganho provável, de acordo com a avaliação de seus assessores legais. Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Desses processos, a Companhia destaca como mais relevantes a ação nº 0014056-09.1987.4.03.6100 interposta pela Zabet S/A Indústria, empresa incorporada pela Companhia, e que têm por objeto a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") da base de cálculo das Contribuições ao Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social ("Cofins").

Face aos procedimentos adotados para reconhecimento de crédito tributário de ações que já transitaram em julgado e que discutem a mesma matéria, conforme destacado na Nota Explicativa nº 8, estima-se que a mensuração dos valores envolverá diversas variáveis, incluindo a existência de documentação disponível para apuração, interpretação de normas e legislações vigentes em cada período abrangido pelo cálculo, dentre outros fatores com diferentes escalas de complexidade.

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

23.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	(12.918)	162.775
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(4.392)	55.344
Adições permanentes [C]	11.092	1.954
Despesas não dedutíveis	10.626	1.636
Equivalência patrimonial	466	318
Exclusões permanentes [D]	(34.635)	(31.478)
Equivalência patrimonial	(4)	(32)
Incentivos fiscais estaduais	(33.416)	(33.207)
Outros itens	(1.215)	1.761
[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	(27.935)	25.820
Subvenção governamental do imposto de renda [E]	-	(45)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	(27.935)	25.775
Imposto de renda e contribuição social correntes	(65.077)	(22.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.142	47.854
[F/A] Alíquota efetiva	-	15,83%

A Companhia avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há impactos do IFRIC 23/ ICPC 22, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada, considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

23.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativo diferido		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	7.661	10.529
Provisão para litígios e demandas judiciais	51.415	51.067
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	19.650	22.248
Perdas estimadas com créditos de impostos	13.134	13.134
Provisão de despesas com honorários advocatícios	15.708	15.382
Provisões de PLR e outros eventos	7.283	20.735
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	222	222
Provisão para perdas em estoques	2.584	3.936
Amortização do balanço a valor justo	13.664	13.780
Outras provisões	29.057	18.185
	160.378	169.218

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Passivo diferido		
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	181.729	179.505
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	199.434	196.652
Atualização dos depósitos judiciais	9.690	9.498
Ganhos em operação com contratos de derivativos	33.428	5.070
Outras provisões (reversões)	7.881	5.094
	432.162	395.819
Passivo diferido líquido	271.784	226.601

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários basearam-se, principalmente, nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e CSLL diferidos das informações financeiras intermediárias apresentam a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	50.080
2023	18.402
2024	16.736
2025	17.078
2026 a 2028	58.082
Total	160.378

24. Patrimônio líquido

a) Capital social – Controladora

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 2.567.941, representado por 339.000.000 ações ordinárias.

Em 26 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 29.715 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de imposto de renda relativos ao ano-calendário de 2019, passando o capital social para R\$ 2.597.656.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía 83.530.822 ações ordinárias em circulação, o

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



que corresponde a 24,64% do total (24,69% em 31 de dezembro de 2020).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a reserva legal da Companhia totalizou R\$ 320.874.

Reserva de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22. Em 31 de março de 2021, as reservas de incentivos fiscais totalizaram R\$ 1.640.914 (R\$ 1.670.629 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva para plano de investimento

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a reserva de plano de investimento totalizou R\$ 2.009.917. Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a reserva especial totalizava R\$ 16.529.

Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de janeiro de 2020, foi aprovado, pela Companhia, o programa de aquisição de ações de sua própria emissão com o propósito de atender ao programa de incentivo de longo prazo com ações restritas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 25, e maximizar a geração de valor para os acionistas, na

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

quantidade máxima de 8.472.614 ações ordinárias. As operações de compra de ações serão suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capitais disponíveis, com a exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável.

A liquidação das operações de compra de ações será realizada no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, encerrando-se em 21 de julho de 2021.

Em 31 de março de 2021, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 997.696 ações, com preço médio de R\$ 39,67 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 37,28 e R\$ 42,13, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 39.576.

c) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de dezembro de 2020, foi aprovado o crédito no valor de R\$ 154.544 aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio. O crédito foi efetuado no dia 31 de dezembro de 2020, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 23 de dezembro de 2020, e o pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 03 de maio de 2021.

Na mesma reunião, a Companhia também aprovou uma política de remuneração aos acionistas no qual prevê, a partir de 01 de janeiro de 2021, a adoção de percentual alvo de 60% do lucro líquido ajustado relativo ao período de referência, uma frequência de cinco pagamentos anuais, sendo quatro pagamentos trimestrais com valor fixado de R\$ 0,05 (cinco centavos de real) por ação a cada trimestre, e um pagamento anual referente ao valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberará sobre as informações financeiras do exercício em referência. O Conselho da Administração, extraordinariamente, poderá deliberar distribuições abaixo do objetivo definido, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia e a situação dos mercados em que atua.

A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 30 de abril de 2021.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações positivas e negativas no resultado em operações de *hedge* de fluxo de caixa.

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



25. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações, aprovado em 13 de abril de 2017, com o objetivo de permitir que os participantes elegíveis adquiram ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de "dono do negócio", intensificando e fortalecendo o elo entre a empresa e os executivos (diretoria não estatutária); (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da alta liderança; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa "ganha-ganha" baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Trata-se de um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, inicialmente previsto para executivos no nível de diretor não estatutário, e que foi alterado para contemplar executivos no nível de diretor estatutário celetista nomeados a partir de 2019, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2019.

As outorgas das ações são realizadas anualmente, por um período de 04 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, formalizadas por meio de termo de adesão ao plano entre a Companhia e os beneficiários. No caso dos potenciais beneficiários contratados em 2019, as ações serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiários no ano de referência. As ações concedidas não poderão exceder a 0,25% da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

Para cada concessão anual haverá carência de três anos e, ao final desse período, se atendidos os critérios de performance, haverá a transferência da posse das ações para o executivo. Nesse modelo, não há desembolso financeiro por parte do executivo.

Em maio de 2017, foram firmados os primeiros termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 132.535 ações restritas, distribuídas entre 17 executivos, cujo direito de tornarem-se titulares das ações ocorreu em abril/2020.

Em maio de 2018, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 154.836 ações restritas distribuídas entre 18 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2021.

Em maio de 2019, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 170.872 ações restritas distribuídas entre 17 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2022. Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2019, 6 executivos admitidos em 2019 firmaram termo de adesão ao plano, sendo concedidas 59.883 ações restritas.

Em maio de 2020, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 355.433 ações restritas distribuídas entre 23 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2023. Nesta mesma data, foram transferidas o correspondente a 117.071 ações restritas concedidas no ano de 2017, após atender aos critérios de *performance*.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não ocorreu movimentação nas outorgas de ações restritas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



As variações na quantidade de ações restritas estão evidenciadas a seguir:

Descrição	Nº de ações restritas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	453.645
Ações outorgadas	355.433
Ações transferidas	(148.014)
Outorgas canceladas	(51.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	609.872

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no período findo em 31 de março de 2021, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 1.924 (R\$ 1.709 em 31 de março de 2020).

26. Receita líquida

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta	1.801.379	1.995.333
Mercado interno	1.742.348	1.970.238
Mercado externo	59.031	25.095
Devoluções, descontos e cancelamentos	(116.700)	(124.222)
Impostos incidentes sobre vendas	(193.602)	(234.365)
Receita líquida	1.491.077	1.636.746

A receita líquida por linha de produto da Companhia, em 31 de março de 2021 e 2020 é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Biscoitos	706.573	866.941
Massas	315.885	374.603
Farinha e farelo	326.095	276.036
Margarina e gordura	109.686	84.421
Outras linhas de produtos ⁽¹⁾	32.838	34.745
Receita líquida	1.491.077	1.636.746

⁽¹⁾ Referem-se às outras linhas de produtos: bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos e torradas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, e mostra a seguir o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Custo dos produtos vendidos				
Matéria-prima	(774.426)	(688.260)	(774.520)	(688.297)
- Trigo	(498.050)	(448.739)	(498.144)	(448.775)
- Óleo	(158.594)	(107.830)	(158.594)	(107.830)
- Açúcar	(38.702)	(41.672)	(38.702)	(41.673)
- Farinha de terceiros	(1.510)	(8.501)	(1.510)	(8.501)
- Gordura de terceiros	(331)	(2.417)	(331)	(2.417)
- Outros	(77.239)	(79.101)	(77.239)	(79.101)
Embalagens	(95.497)	(108.106)	(95.497)	(108.106)
Mão de obra	(148.219)	(147.690)	(148.219)	(147.690)
Gastos gerais de fabricação ⁽¹⁾	(107.084)	(101.868)	(107.084)	(101.868)
Depreciação e amortização	(42.412)	(42.783)	(42.412)	(42.783)
Custo das mercadorias revendidas	-	(42)	-	(42)
Total	(1.167.638)	(1.088.749)	(1.167.732)	(1.088.786)
Despesas com vendas				
Despesas com marketing e vendas	(116.288)	(136.737)	(116.288)	(136.737)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(120.994)	(120.800)	(120.994)	(120.800)
Despesas com fretes	(91.820)	(100.866)	(91.820)	(100.866)
Despesas de depreciação e amortização	(14.433)	(9.541)	(14.433)	(9.541)
Total	(343.535)	(367.944)	(343.535)	(367.944)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com salários e benefícios a empregados	(35.108)	(35.932)	(35.155)	(35.971)
Outras despesas administrativas	(29.316)	(24.754)	(29.437)	(24.858)
Honorários da administração	(3.297)	(3.110)	(3.297)	(3.110)
Despesas de depreciação e amortização	(8.490)	(8.585)	(8.490)	(8.585)
Total	(76.211)	(72.381)	(76.379)	(72.524)
Outras receitas (despesas), líquidas ⁽²⁾				
Despesas tributárias	(7.129)	(5.891)	(7.133)	(5.901)
Depreciação e amortização	(1.064)	(888)	(1.064)	(888)
Outras receitas (despesas)	10.218	(10.075)	10.334	(9.920)
Total	2.025	(16.854)	2.137	(16.709)

⁽¹⁾ Refere-se à força motriz, manutenção e outros custos; ⁽²⁾ Vide Nota Explicativa nº 28.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia registrou aumento do custo das matérias primas em relação ao mesmo período do ano anterior, face ao crescimento do custo das principais commodities, tanto em dólar, quando em função da desvalorização do Real, com aumentos de 44,0%, 69,5% e 25,2% no custo médio do trigo, do óleo e do açúcar, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A seguir são apresentadas as outras (receitas) e despesas operacionais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Outras receitas operacionais				
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	6.723	1.942	6.723	1.942
Receita de vendas de bens do imobilizado	-	1.111	-	1.111
Subvenções para investimentos- FUNDOPEM	3.625	-	3.625	-
Reversões (provisões) operacionais	36	-	36	-
Recuperação de despesas	6.682	4.870	6.682	5024
Créditos extemporâneo - PIS/Cofins ⁽¹⁾	12.585	1.281	12.585	1.281
Crédito extemporâneo - ICMS	2.991	3.266	2.991	3.266
Crédito extemporâneo – INSS s/ faturamento ⁽¹⁾	11.597	-	11.597	-
Créditos extemporâneo – Restituição de Indébitos	280	-	280	-
Ressarcimento de Mercadoria Sinistrada	293	116	293	116
Outras	1.920	1.679	2.042	1.679
	46.732	14.265	46.854	14.419
Outras despesas operacionais				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	(6.309)	(8.807)	(6.309)	(8.807)
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	(5)	(1.419)	(5)	(1.419)
Auto de infração no Inmetro	(336)	(777)	(336)	(777)
Provisões (reversões) estimadas ou realizadas em estoques	(9.046)	(2.602)	(9.046)	(2.602)
Fundo estadual de equilíbrio fiscal	(4.010)	(4.576)	(4.010)	(4.576)
Custo da venda de varreduras, sucatas e insumos	(13.539)	(5.735)	(13.539)	(5.735)
Gastos com reestruturação	(443)	-	(443)	-
Despesas tributárias	(7.129)	(5.891)	(7.133)	(5.901)
Despesas com depreciação e amortização	(1.064)	(888)	(1.064)	(888)
Outras	(2.826)	(424)	(2.832)	(423)
	(44.707)	(31.119)	(44.717)	(31.128)
Total	2.025	(16.854)	2.137	(16.709)

⁽¹⁾ Vide Nota Explicativa nº 8.

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021



(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do período	15.017	137.000
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias (a)	339.000	339.000
Lucro básico por ação (R\$)	0,04430	0,40413
Ajuste por ações restritas (b)	610	454
Ações em tesouraria (c)	(998)	(1.105)
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias para cálculo do lucro diluído por ação (a + b + c)	338.612	338.349
Lucro diluído por ação (R\$)	0,04435	0,40491

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguro é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, da eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, da distribuição logística de suas plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

Dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, a Companhia tem como procedimento contratar serviços de análise dos riscos operacionais a que está sujeita, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólice de seguro, a suficiência dos montantes segurados.

A Companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou especiais	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	20.000	04/12/20 a 04/12/21
Desmoronamento	10.000	04/12/20 a 04/12/21
Tumultos, greves e lock-out	5.000	04/12/20 a 04/12/21
Quebra de máquinas	4.500	04/12/20 a 04/12/21
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	2.000	04/12/20 a 04/12/21
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/20 a 04/12/21

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 31 de março de 2020, é de R\$ 2.597,7 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2020				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Administradores	39.635.859	11,69	39.635.859	11,69
Conselho de Administração	13.901.715	4,10	13.901.715	4,10
Diretoria	25.734.144	7,59	25.734.144	7,59
Ações em Tesouraria	1.105.000,00	0,33	1.105.000	0,33
Outros Acionistas	83.609.141	24,66	83.609.141	24,66
Total	339.000.000	100,00	339.000.000	100,00
Ações em Circulação	83.609.141	24,66	83.609.141	24,66

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2021				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Administradores	39.821.482	11,75	39.821.482	11,75
Conselho de Administração	14.088.014	4,16	14.088.014	4,16
Diretoria	25.733.468	7,59	25.733.468	7,59
Ações em Tesouraria	997.696	0,29	997.696	0,29
Outros Acionistas	83.530.822	24,64	83.530.822	24,64
Total	339.000.000	100,00	339.000.000	100,00
Ações em Circulação	83.530.822	24,64	83.530.822	24,64

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não se encontrava instalado em 31 de março de 2021 e 2020.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2020 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Ações	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	39.635.859	11,69	39.635.859	11,69
Ações em Tesouraria	1.105.000	0,33	1.105.000	0,33
Outros	83.609.141	24,66	83.609.141	24,66
Total	339.000.000	100,00	339.000.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 31/03/2021 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Ações	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	39.821.482	11,75	39.821.482	11,75
Ações em Tesouraria	997.696	0,29	997.696	0,29
Outros	83.530.822	24,64	83.530.822	24,64
Total	339.000.000	100,00	339.000.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Ações	Posição em 31/03/2021			
	(Em unidades de Quotas)			
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	270,30	50,00	270,30	50,00
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	54,06	10,00	54,06	10,00
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	54,06	10,00	54,06	10,00
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Total	540,61	100,00	540,61	100,00

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
Eusébio - Ceará

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2021 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 8 de maio de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Fortaleza, 07 de maio de 2021
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as informações intermediárias financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2021.

Eusébio, 07 de maio de 2021.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2021.

Eusébio, 07 de maio de 2021.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial